



ATA DA SESSÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ALBUFEIRA
REALIZADA NO DIA 15 DE DEZEMBRO DE 2021

Ata n.º 03

Aos quinze dias do mês de Dezembro do ano de dois mil e vinte e um, reuniu a Assembleia Municipal de Albufeira, pelas 19:30 horas, no Salão Nobre dos Paços do Concelho, por convocatória de sete de Dezembro e aditamento de nove de Dezembro, sendo a Mesa Composta por:-----

Presidente da Assembleia Municipal: Francisco José Pereira de Oliveira; -----

Primeira Secretária: Cláudia Sofia Pais Raimundo; -----

Segunda Secretária: Luis Matias Afonso;-----

e com a seguinte ordem de trabalhos:-----

PONTO UM: Apreciação da informação escrita do Senhor Presidente da Câmara Municipal, nos termos da alínea c) do n.º 2 do Art. 25º da Lei n.º 75/2013, de 12 de Setembro;-----

PONTO DOIS: Eleição de nove cidadãos de reconhecida idoneidade, a designar pela Assembleia Municipal a integrar o Conselho Municipal de Segurança;-----

PONTO TRÊS: Eleição de um Presidente de Junta de Freguesia, em representação de todas as freguesias deste Município, para integrar no Conselho Municipal de Educação;

PONTO QUATRO: Eleição de um Presidente de Junta de Freguesia, em representação de todas as freguesias deste Município, para a integrar na Comissão Municipal de Protecção Civil;-----

PONTO CINCO: Eleição de até dois representantes das Juntas de Freguesias do Concelho a integrar na Comissão Municipal de Gestão Integrada de Fogos Rurais; -----

PONTO SEIS: Apreciação e deliberação, sob proposta da Câmara Municipal, da Transferência para o ano 2022 dos saldos dos compromissos existentes à data de 31 de Dezembro de 2021; -----

PONTO SETE: Apreciação e deliberação, sob proposta da Câmara Municipal, da 4ª Revisão - Alteração Modificativa das Grandes Opções do Plano 2021-2025; -----

PONTO OITO: Apreciação e deliberação, sob proposta da Câmara Municipal, da 4ª Revisão - Alteração Modificativa do Orçamento e Plano Orçamental Plurianual 2021-2025, incluindo 5ª alteração ao Mapa de Pessoal e 5ª alteração ao Plano de Recrutamento para 2021; -----

PONTO NOVE: Apreciação e deliberação, sob proposta da Câmara Municipal, da Proposta de Isenção do Pagamento de Taxas de Ocupação da Via Pública para os estabelecimentos comerciais e de restauração ou bebidas, para os meses de Dezembro de 2021 e Janeiro e Fevereiro de 2022; -----

PONTO DEZ: Apreciação e deliberação, sob proposta da Câmara Municipal, da Taxa Municipal de Direitos de Passagem para o ano 2022 em 0%; -----



PONTO ONZE: Apreciação e deliberação, sob proposta da Câmara Municipal, da determinação da Taxa de lançamento de Derrama para o ano 2022 em 1.5% para sujeitos passivos com um volume de negócios no ano anterior de 150.000,00€ e 0% para os sujeitos passivos com um volume de negócios no ano anterior que não ultrapasse os 150.000,00€;-----

PONTO DOZE: Apreciação e deliberação, sob proposta da Câmara Municipal, da determinação da Taxa do Imposto Municipal sobre Imóveis para o ano 2021 em 0.38% para prédios urbanos;-----

PONTO TREZE: Apreciação e deliberação, sob proposta da Câmara Municipal, da determinação da Taxa de Participação Variável no IRS para o ano 2022 de 0%;-----

PONTO CATORZE: Apreciação e deliberação, sob proposta da Câmara Municipal, conforme alínea a) do n.º 1 do artigo 25.º do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de Setembro, das Grandes Opções do Plano 2022-2026;-----

PONTO QUINZE: Apreciação e deliberação, sob proposta da Câmara Municipal, conforme as alíneas a) e o) do n.º 1 do artigo 25.º do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de Setembro, do Orçamento e Plano Plurianual 2022-2026, incluindo o Mapa de Pessoal, Plano de Recrutamento e o Quadro Plurianual de Programação Orçamental;----

PONTO DEZASSEIS: Apreciação e deliberação, sob proposta da Câmara Municipal, da Delegação de Competência para Assunção de Compromissos Plurianuais no âmbito da Lei dos Compromissos;-----

PONTO DEZASSETE: Apreciação e deliberação, sob proposta da Câmara Municipal, da autorização prévia prevista na alínea c) do n.º 1 do artigo 6.º da Lei n.º 8/2012, de 21 de Fevereiro, referente ao Ajuste Direto para "Prestação de Serviços de Recolha, Transporte de Resíduos Urbanos, Limpeza Urbana, e Serviços Auxiliares no Município de Albufeira (Janeiro e Fevereiro)", com o preço base de 811.500,00€ + IVA;-----

PONTO DEZOITO: Apreciação e deliberação, sob proposta da Câmara Municipal, da autorização prévia prevista na alínea c) do n.º 1 do artigo 6.º da Lei n.º 8/2012, de 21 de Fevereiro, referente ao Ajuste Direto para "Prestação de Serviços de Transportes Urbanos de Albufeira - Serviço Giro - Linhas Verde, Azul, Vermelha, Vermelha 2 e Laranja", com o preço base de 1.103.098,50€ + IVA; -----

PONTO DEZANOVE: Apreciação e deliberação, sob proposta da Câmara Municipal, da autorização prévia prevista na alínea c) do n.º 1 do artigo 6.º da Lei n.º 8/2012, de 21 de Fevereiro, referente à Proposta para "Apoio Financeiro à Comunidade Terapêutica "Horta Nova" - Caritas Diocesana de Beja", para custear o internamento de um município de Albufeira; -----

PONTO VINTE: Apreciação e deliberação, sob proposta do Presidente da Câmara Municipal, da autorização prévia prevista na alínea c) do n.º 1 do artigo 6.º da Lei n.º 8/2012, de 21 de Fevereiro, referente ao Concurso Público para "Aquisição de



Serviços de Comunicações Fixas e Móveis de Voz e Dados”, com o preço base de 198.000,00€ + IVA; -----

PONTO VINTE E UM: Apreciação e deliberação, sob proposta do Presidente da Câmara Municipal, da autorização prévia prevista na alínea c) do n.º 1 do artigo 6.º da Lei n.º 8/2012, de 21 de Fevereiro, referente ao Concurso Público para “Aquisição e Instalação de Um Sistema de Videovigilância”, com o preço base de 639.100,00€ + IVA;-----

PONTO VINTE E DOIS: Apreciação e deliberação, sob proposta do Presidente da Câmara Municipal, da autorização prévia prevista na alínea c) do n.º 1 do artigo 6.º da Lei n.º 8/2012, de 21 de Fevereiro, referente ao Ajuste Direto para “Prestação de serviços de suporte e manutenção evolutiva da solução eBillinSuite (Faturação Eletrónica) e envio por email de faturas certificadas”, com o preço base de 21.225,00€ + IVA; -----

PONTO VINTE E TRÊS: Apreciação e deliberação, sob proposta do Presidente da Câmara Municipal, da autorização prévia prevista na alínea c) do n.º 1 do artigo 6.º da Lei n.º 8/2012, de 21 de Fevereiro, referente ao Ajuste Direto para “Locação de contentores afetos à Unidade Covid das instalações ADC Comunitário”, com o preço base de 29.102,40€ + IVA; -----

PONTO VINTE E QUATRO: Apreciação e deliberação, sob proposta do Presidente da Câmara Municipal, da autorização prévia prevista na alínea c) do n.º 1 do artigo 6.º da Lei n.º 8/2012, de 21 de Fevereiro, referente à Consulta Prévia para “Fornecimento contínuo de óleos lubrificantes, hidráulicos e outros”, com o preço base de 21.000,00€ + IVA;-----

PONTO VINTE E CINCO: Apreciação e deliberação, sob proposta do Presidente da Câmara Municipal, da autorização prévia prevista na alínea c) do n.º 1 do artigo 6.º da Lei n.º 8/2012, de 21 de Fevereiro, referente à Consulta Prévia para “Empreitada de pintura exterior dos estádios Arsénio Catuna e Nora”, com o preço base de 92.104,83€; -----

PONTO VINTE E SEIS: Apreciação e deliberação, sob proposta do Presidente da Câmara Municipal, da autorização prévia prevista na alínea c) do n.º 1 do artigo 6.º da Lei n.º 8/2012, de 21 de Fevereiro, referente ao Ajuste Direto para “Empreitada de limpeza e demolição interior de edifício devoluto em Paderne”, com o preço base de 29.955,25€ + IVA; -----

PONTO VINTE E SETE: Apreciação e deliberação, sob proposta do Presidente da Câmara Municipal, da autorização prévia prevista na alínea c) do n.º 1 do artigo 6.º da Lei n.º 8/2012, de 21 de Fevereiro, referente à Consulta Prévia para “Prestação de serviços de monitorização e manutenção de alarmes de anti-intrusão e roubo, em edifícios do Município de Albufeira”, com o preço base de 74.500,00€ + IVA;-----



PONTO VINTE E OITO: Apreciação e deliberação, sob proposta do Presidente da Câmara Municipal, da autorização prévia prevista na alínea c) do n.º 1 do artigo 6.º da Lei n.º 8/2012, de 21 de Fevereiro, referente ao Ajuste Direto para "Fornecimento e montagem de portas para a Quinta Pedagógica na Mouraria", com o preço base de 19.998,00€ + IVA;-----

PONTO VINTE E NOVE: Apreciação e deliberação, sob proposta do Presidente da Câmara Municipal, da autorização prévia prevista na alínea c) do n.º 1 do artigo 6.º da Lei n.º 8/2012, de 21 de Fevereiro, referente ao Ajuste Direto para "Aquisição de serviços de plataforma eletrónica de contratação pública em regime de Application Service Provider para o ano de 2022", com o preço base de 1.000,00€ + IVA;-----

PONTO TRINTA: Apreciação e deliberação, sob proposta do Presidente da Câmara Municipal, da autorização prévia prevista na alínea c) do n.º 1 do artigo 6.º da Lei n.º 8/2012, de 21 de Fevereiro, referente ao Ajuste Direto para "Aquisição de testes rápidos", pelo valor de 19.880,00€;-----

PONTO TRINTA E UM: Apreciação e deliberação, sob proposta do Presidente da Câmara Municipal, da autorização prévia prevista na alínea c) do n.º 1 do artigo 6.º da Lei n.º 8/2012, de 21 de Fevereiro, referente ao Concurso Público para "Prestação de serviços de Manutenção da Instrumentação, Automação e supervisão do Sistema de Telegestão de abastecimento de água e águas residuais do município de Albufeira", pelo valor de 45.389,52€ + IVA;-----

PONTO TRINTA E DOIS: Apreciação e deliberação, sob proposta do Presidente da Câmara Municipal, da autorização prévia prevista na alínea c) do n.º 1 do artigo 6.º da Lei n.º 8/2012, de 21 de Fevereiro, referente ao Ajuste Direto para "Aquisição de serviços de segurança e vigilância para o Centro de Vacinação COVID-19", com o preço base de 31.293,00€ + IVA;-----

PONTO TRINTA E TRÊS: Apreciação e deliberação, sob proposta do Presidente da Câmara Municipal, da autorização prévia prevista na alínea c) do n.º 1 do artigo 6.º da Lei n.º 8/2012, de 21 de Fevereiro, referente ao Concurso Público para "Aquisição de serviços de vigilância e segurança humana, em vários locais, equipamentos e eventos do município de Albufeira", com o preço base de 1.275.002,00€ + IVA;-----

PONTO TRINTA E QUATRO: Apreciação e deliberação, sob proposta do Presidente da Câmara Municipal, da autorização prévia prevista na alínea c) do n.º 1 do artigo 6.º da Lei n.º 8/2012, de 21 de Fevereiro, referente à Consulta Prévia para "Prestação de



serviços de avaliação psicológica a aplicar em procedimentos concursais promovidos pelo Município de Albufeira”, com o preço base de 40.000,00€ + IVA;-----

PONTO TRINTA E CINCO: Apreciação e deliberação, sob proposta do Presidente da Câmara Municipal, da autorização prévia prevista na alínea c) do n.º 1 do artigo 6.º da Lei n.º 8/2012, de 21 de Fevereiro, referente ao Concurso Público para “Empreitada de Remoção de Amianto em Edifícios Escolares”, com o preço base de 415.000,00€ + IVA.

PRESENCAS: Adriano Duarte de Horta e Nogueira Ferrão, Francisco José Pereira de Oliveira, Raúl Manuel Soares Ferreira, Carlos Sérgio Freire Quintino, Inês Pinto da Mota de Barbosa Mendonça, Mónica Filipa Dâmaso Félix Coimbra, Helena Maria Palhota Dias Simões, Domingos Manuel Martins Coelho, Carlos Emanuel Rafael Vieira, Dário Manuel dos Santos Ramos Pereira, Luna Silva, Leonardo Manuel Teixeira do Paço, Luis Matias Afonso, Sílvia Manuela Martins Cabrita da Silva Dias, Carla Alexandra dos Santos Vieira, Margarida Maria Jorge Guilherme, Cláudia Sofia Pais Raimundo, André Jorge Pardal Milheiro Lima, Carlos Duarte Vieira Gabriel, Carlos Manuel Brito Mendes, Carla Alexandra Sousa Bentes Madeira, bem como os Presidentes da Junta de Freguesia de Albufeira e Olhos de Água - Indaleta Cabrita, de Ferreiras - Jorge do Carmo, da Guia - Dinis Nascimento e a Secretária da Junta de Freguesia de Paderne - Ana Cristina Ramos. -----

Faltas: José Manuel Guerreiro Vila Nova e Presidente da Junta de Freguesia de Paderne. -----

Substituições: Face aos pedidos de substituição apresentados pelos membros, foi verificada a legitimidade e identidade dos elementos imediatamente a seguir na ordem da respetiva lista, Carlos Gabriel e Ana Cristina Ramos.-----

Registou-se ainda, a presença do Presidente da Câmara Municipal, José Carlos Martins Rolo e dos Vereadores, Ricardo Jorge Coelho Clemente da Silva, Cristiano José da Ponte Cabrita, Desidério Jorge da Silva, Victor de Oliveira Ferraz e Cláudia Cristina Dias Guedelha. -----

Havendo quórum (**vinte e cinco presenças**), o Presidente da Assembleia deu início à sessão informando que a sessão irá ser gravada e transmitida em direto para o canal YouTube. -----

Presidente da Assembleia: “Antes de dar início ao período de intervenção do público, tenho que comunicar que recebi hoje do Senhor Presidente da Câmara e da Vereação um ofício solicitando que desta reunião fossem retirados alguns pontos da ordem de trabalhos. Passarei a ler o documento (Doc. n.º 1 anexo a esta ata) devendo a Assembleia pronunciar-se sobre esta questão, nomeadamente sobre a retirada dos



pontos da ordem de trabalhos. Relativamente a esta situação e antes de colocar á votação este requerimento, que altera toda a ordem de trabalhos da Assembleia Municipal, iria referir que verificada a legislação, a mesma refere que relativamente à aprovação do orçamento e dos documentos provisionais, em circunstâncias normais têm os mesmos que ser aprovados na Assembleia Ordinária de Dezembro. Porém, este ano como tivemos eleições é possível que eles sejam aprovados até noventa dias após tomada de posse dos órgãos da Câmara Municipal. Face ao exposto, o meu entendimento é de que nós deveremos fazer a votação dos pontos da ordem de trabalhos exceto os que foram votados para serem retirados, encerrar esta Assembleia e marcar uma nova Assembleia já com os novos pontos da ordem de trabalhos e nessa Assembleia discutirmos os pontos agora a retirar. Eles vão ter de ser reformulados e não me parece correto, é esta a minha interpretação, que se suspenda, tendo em consideração que os documentos que vêm são documentos que podem ser ligeiramente diferentes. Nessa perspetiva e uma vez que a lei nos dá a possibilidade de fazer em reunião extraordinária a aprovação destes documentos, eu entendo que deveremos fazer a votação dos pontos que não serão retirados e deixar todos os outros relativos à derrama, ao IMI, GOP, etc, para uma próxima reunião que agendaríamos desde logo para o mais próximo possível." -----

Presidente da Câmara: "Boa noite a todos, peço desculpa por estar nestas circunstâncias, mas não fui eu o culpado, a coisa aconteceu e cá estou eu, felizmente com a saúde possível, mas tenho de estar retido em casa. Só pedi a suspensão porque os serviços informaram-me que estes documentos têm de ser discutidos e aprovados numa reunião ordinária, mas atendendo aquilo que o Senhor Presidente disse, tem toda a lógica e penso também já ter lido isso, se bem me recordo, quando há ano de eleições há noventa dias após isso." -----

Não havendo mais intervenções foi aprovado por unanimidade a retirada dos pontos sete, oito, onze, doze, catorze, quinze, dezassete a trinta e cinco. -----

PERÍODO DE INTERVENÇÃO DO PÚBLICO: -----

Ruben Nicolau: "Boa noite a todos, boa noite à mesa, a minha questão é muito simples, assistimos nas últimas semanas alguns munícipes, via redes sociais, que questionaram o valor despendido pela Câmara Municipal, cerca de duzentos e doze mil euros, segundo avançado pela comunicação social em iluminação de Natal e são poucos ou nenhuns os munícipes que conseguem ver justificado esse investimento de duzentos e doze mil



euros na pobre iluminação de Natal demonstrada. Hoje, para surpresa de muitos a Câmara vem fazer um comunicado acusando a empresa de incumprimento do contrato assinado. Mesmo que haja um incumprimento deste contrato, que teria até dia vinte de novembro para fazer a montagem das luzes, este contrato deveria ter sido logo denunciado no dia vinte e os municípios deveriam ter ficado a saber logo no dia vinte. Porquê só a dez dias do Natal vêm denunciar este contrato? Se de facto ainda faltam luzes, então os municípios gostariam de saber, quanto de equipamento de iluminação ainda falta montar?” -----

Américo Nicolau: “Boa noite a todos, como município desta autarquia e acompanhando não presencialmente tudo o que se passa na autarquia, por motivos profissionais, mas neste momento tenho mais liberdade para poder acompanhar mais de perto e entristece-me aquilo que vejo na nossa autarquia. Nós dizemos que Albufeira é a capital do turismo, eu pergunto como queremos manter Albufeira como capital do turismo quando temos artérias degradadas como elas estão. É uma vergonha, Albufeira faz-me lembrar Quarteira nos anos noventa. Se queremos continuar a dizer que Albufeira é a capital do turismo, como é que podemos manter as artérias conforme mantemos. Temos uma central de camionagem com uma área envolvente que é uma vergonha, quando estamos a receber turismo que vem precisamente desembarcar à central de Albufeira. Temos de baixo do nariz das autoridades da Câmara ruas, que se as senhoras hoje têm uma criança que tem dificuldade em adormecer o bebé, metem o bebé no carro e vêm passear pelas artérias de Albufeira, porque com o tremer do carro os bebés adormecem. Depois temos os passeios de Albufeira cheios de erva. Qualquer dia temos de contratar pastores com ovelhas para vir limpar os passeios de Albufeira. É uma vergonha aquilo que vemos em Albufeira, como município entristece-me, porque aquilo que quero ver de Albufeira é uma cidade que seja um exemplo no país. Nós temos condições para isso e não o estamos a fazer. Eu estive a ver os pontos que vão ser discutidos e vão ser votados nesta Assembleia Municipal e vejo semear tantos euros e eu pergunto onde é que estão esses euros, para darmos a Albufeira aquilo que ela merece. Isto entristece-me e gostava de saber se de facto há por parte deste mandato da autarquia verbas para fazer isso. Eu vejo, num ponto de hoje e acho muito bem, que um grupo desportivo das Ferreiras, que o estádio seja pintado na parte exterior, mas entristece-me entrar em Ferreiras e ver a entrada principal das Ferreiras no estado em que está. Se eu morasse nas Ferreiras envergonhava-me de



ter uma entrada como tenho e ir pintar o estádio. O estádio merece, acho que sim, mas há prioridades. E é isto que eu gostava de saber da parte do Presidente e da restante Assembleia, vereadores e responsáveis desta Câmara, quando é que pensamos mais em Albufeira." -----

Tomás Cavaco: "Boa noite a todos, o primeiro assunto que aqui me trás tem a ver com uma questão anteriormente colocada, em Assembleias Municipais em dois mil e dezanove. Relativamente à zona do Cerro da Águia, a pressão urbanística é cada vez maior, mas os meios viários são praticamente os mesmos, desde há quarenta anos. Com novas construções proveem-se novos moradores e conseqüentemente mais viaturas que provocam constrangimentos viários diariamente. Gostava de saber para quando está prevista a colocação de sinalética viária nos arruamentos do Cerro da Águia? Uma vez que, por vezes são necessárias manobras de regressão de marcha em distâncias superiores a cinquenta metros, alguns troços da via têm três metros de largura e os únicos sinais rodoviários existentes na zona são três sinais de stop verticais. Ainda o mês passado, um vizinho de uma certa idade teve o seu muro danificado por uma carrinha que transportava materiais de construção que se enganou na rua. Estes tipos de situações seriam evitados caso existisse um sinal vertical de trânsito proibido, com exceção aos moradores, ou uma via sem saída. Gostava de saber o que é necessário para colocarem lá sinalética rodoviária, se é necessário que os moradores façam um pedido à Junta de Freguesia? Se é necessário que seja feito um abaixo-assinado? Efetivamente gostava de saber o que é necessário fazer para existir lá sinalética. No segundo ponto, também relativo à zona do Cerro da Águia, tem a ver com a recolha do lixo, que é pouco eficiente. Na rua onde habito, na Rua da Gralheira existem pouquíssimos caixotes do lixo, no caso, em frente à minha habitação existiam dois baldes do lixo com cerca de cem litros cada, mas foram retirados, devido a uma nova construção, no momento da retirada, questionando os funcionários que o estavam a fazer disseram que eram ordens superiores. O problema é o seguinte, na extensão da rua, que são cerca de quatrocentos metros existe atualmente um contentor grande, daqueles verdes e depois dois baldes com cerca de cem litros cada. Existem cerca de trinta e quatro habitações e para a mesma rua há projetos para a construção de mais quarenta habitações. Eu pergunto, se anteriormente tinha um contentor do lixo a vinte metros da minha casa, agora tenho de percorrer cerca de cento e quarenta e oito metros para colocar o lixo, em toda a zona não existe um sistema de recolha



diferenciado, sendo que o ecoponto mais próximo é o ecocentro das instalações camarárias do Pátio, pergunto quando é que vamos dimensionar um sistema de recolha do lixo que responda às necessidades dos moradores? Pois, há cada vez mais casas e muitas delas são alojamentos locais, que produzem muito mais lixo do que casas familiares. Acredito que não seja um caso isolado no concelho. A minha outra questão debruça-se sobre o orçamento participativo, uma vez que já não se realiza desde dois mil e dezanove, gostaria de saber se no próximo ano se realizará o orçamento participativo. Outra pergunta tem a ver com o acesso aos ingressos de eventos culturais, na cidade, pois ainda o mês passado fui assistir a uma peça de teatro, mas, para minha surpresa, a única forma de adquirir ingressos para o evento seria de uma forma presencial, em horário laboral na Galeria Bailote. E, para meu espanto, a única forma de efetuar o pagamento é em numerário. Eu gostaria de saber porquê que a Câmara Municipal de Albufeira não coloca a venda de ingressos on-line, na plataforma BOL, como nos municípios de Silves, Loulé e Faro. Ou então, por exemplo na Ticketline. Sobre o assunto do Natal não tenho muito mais a acrescentar ao que foi dito pelo senhor Ruben, mas a minha pergunta vem mais do ponto de vista estrutural, porque no ano de dois mil e vinte e no ano de dois mil e vinte e um gastamos mais de meio milhão de euros em iluminação de Natal. Hoje aquele comunicado e sinceramente achei nenhum motivo plausível para estarmos vinte e cinco dias à espera de uma justificação, onde efetivamente o dinheiro dos contribuintes é gasto. E, diga-se de passagem, em dois anos gastou-se mais de meio milhão de euros, se esse dinheiro foi reavido de alguma forma, ou se o comércio local lucrou com alguma coisa, porque vamos à baixa de Albufeira e pouco comércio está aberto. A minha pergunta é, porquê que ano após ano são celebrados estes contratos avultados de aluguer? Porquê que não adquirimos equipamentos de iluminação? A questão é, não há pessoal para montar as luzes? Não se pode contratar empresas da região para a montagem e desmontagem? Não têm local para armazenar as luzes? Eu gostaria de saber, uma justificação plausível do porquê de não podermos adquirir a iluminação de Natal, como já acontece em alguns concelhos do Algarve. Finalmente, gostava de fazer um pequeno reparo, apesar do ponto vinte e um ser retirado desta Assembleia, sobre as sessenta e cinco câmaras de videovigilância pelo valor de seiscentos e trinta e nove mil e cem euros mais iva, congratulo por finalmente termos previsto um sistema de segurança, no entanto, após leitura da documentação, na vigésima sexta cláusula e cito "controlar a situação de



parqueamentos indevidos, bem como todo o comportamento associado com os mesmos. Deixa-me aqui algumas dúvidas, perante a finalidade deste equipamento, acho que é importante clarificar os munícipes quanto a esta cláusula. Isto é, se estamos perante algum sistema de algoritmos que atuam automaticamente os veículos indevidamente parqueados, eu sei como as leis funcionam, mas efetivamente todos nós já passamos por situações em que por exemplo, estão previstas câmaras para a Avenida da Liberdade e durante a época alta só existem dois lugares reservados para utentes da farmácia e nem sempre há estacionamento, e todos nós, efetivamente já colocamos o carro indevidamente parqueado no caso. Mas a minha questão é se estamos presentes a algum tipo de algoritmos que atuam os veículos efetivamente só através da matrícula. Do ponto de vista técnico causa-me um certo desconforto certos requisitos, mas gostaria de realçar o valor alocado ao hardware totalizando com iva trezentos e vinte e sete mil cento e oitenta euros, porque um dos requisitos impostos no projeto é que todas as sessenta e cinco câmaras, com quatro tipos diferentes de câmaras e cito "sete rotativas de super alta resolução, dez fixas de alta resolução, vinte e quatro de média resolução e trinta e quatro de baixa resolução" terem de ser do mesmo fabricante. Ou seja, este requisito de implicitamente as câmaras terem de ser do mesmo fabricante, por consequência trás que o software para a visualização desse sistema ter de ser desse fabricante. Depois choca um bocado com o valor alocado ao software, pois temos trinta e seis mil e novecentos euros para o software, que na minha opinião é um valor um bocado absurdo para um software que provém de um fabricante. Disto retenho que, se com esse valor de software que daria para desenvolver um software para integrar diferentes câmaras de diferentes fabricantes creio que há um conflito de valores alocado ao software e ao hardware."-----

Luís Jorge: "Boa noite a todos, eu inscrevi-me para falar sobre aquilo que supostamente hoje ia a votação, principalmente sobre o IMI e sobre a Derrama, no entanto, esta tentativa de aumento de imposto cego leva-me a crer que precisamos de receita, ou que o município precisa de receita. Eu teria uma proposta alternativa, em vez de cegamente irmos neste sentido, eu sou agente imobiliário, lido muito com a parte de imobiliário, projetos, etc, e aligeirarmos um bocadinho a máquina da Câmara, a nível de obras, a nível de licenças camarárias, etc., de certeza absoluta que a receita vai subir muito mais. A somar a isso, em vez de retirarmos este dinheiro da economia local, no fundo estamos a fazer gerar mais movimento à economia local. Esta ideia, de



IMI e Derrama num tempo pandémico parece-me um bocadinho ridículo, para não chamar outro nome. Relativamente a obras de saneamento nos Matos, estão lá desde maio, quando supostamente aquilo era sessenta dias, eu pergunto quantos sessenta dias vão lá andar, até porque as estradas continuam por alcatroar, continuam a andar para a frente e para trás, mesmo que dessemos aqui cento e vinte dias acabaria em Agosto, e já vamos em finais de Dezembro e continuamos com maquinaria pesada para a frente e para trás e aparentemente vai continuar, não sei até quando.” -----

Carlos Coelho leu documento. (Doc. n.º 2 anexo a esta ata) -----

Fernando Osório: “Boa noite a todos, só queria perguntar, relativamente à situação do Giro aqui em Albufeira, se é para avançar, se não é para avançar, uma vez que há muita gente que não tem transporte e tem de andar no Giro, como eu. Tinha sido prometido que ia haver giro até à Guia, Olhos de Água e até agora não oiço falar se é para avançar ou não. Não quero acreditar que isto é mais uma promessa que vai ficar na gaveta, a maior parte das pessoas de Albufeira quer crer que efetivamente é uma promessa que vai avançar, mas pelo que eu oiço, não vejo maneiras de que seja uma coisa para breve. O que queria perguntar ao Senhor Presidente da Câmara é se efetivamente está previsto ou não que o Giro vá para a Guia e Olhos de Água, porque efetivamente é uma promessa que já vem de muitos anos e que até agora não tem sido cumprida. Eu não tenho transporte, ando no Giro e acho que Olhos de Água e Guia iam ganhar muito com a presença do Giro nessas zonas. Já moro há dezasseis anos aqui em Albufeira e aos anos e anos que oiço essa promessa, que vai haver Giro, mas até agora nada foi feito e o que eu pergunto ao Senhor Presidente, se é mais uma promessa que vai ficar em saco roto e que vai ficar na gaveta. E eu acho que não está correto, uma vez que isto foi prometido aos albufeirenses e quero acreditar que efetivamente desta vez é que vai ser.” -----

Presidente da Assembleia: “Terminada a intervenção dos presentes, temos algumas questões que foram colocadas por email e vou pedir à Senhora Primeira Secretária para colocar essas questões.” -----

Email do munícipe João Marreiros (Doc. n.º 3 anexo a esta ata) -----

Email do munícipe José Pacheco (Doc. n.º 4 anexo a esta ata) -----

Email da munícipe Isabel Neves (Doc. n.º 5 anexo a esta ata) -----

Email do munícipe Hugo Palhinhas (Doc. n.º 6 anexo a esta ata) -----



Presidente da Câmara: "Muito obrigado a todas as intervenções, quer presenciais quer via email, são sempre situações importantes, quer de conhecimento, quer sugestões e algumas críticas que com certeza vou entender como construtivas. Relativamente à iluminação pública, que foi referida uma ou duas vezes, este ano não correu bem a situação da contratação com esta empresa, a empresa está em incumprimento, vão ser aplicadas coimas pelo não cumprimento do contrato. A denúncia do contrato feita com mais antecedência não viria a resolver o problema, porque já estavam algumas coisas colocadas e não haveria tempo para colocar mais. Neste momento está a ser calculado ao dia a coima, neste momento anda à volta dos sessenta mil euros. Não são contas exatas, são contas por alto, estava em quarenta e oito mil há cinco ou seis dias, portanto, é natural que já vá nesse valor. A empresa desculpa-se com a questão do material, na falta do alumínio, que não há para entrega, enfim, uma série de desculpas que até poderão ser verdade, mas nós não podemos ser culpados disso e não podemos pagar pela falta e pela ausência da iluminação que já deveria estar desde o início de dezembro, que era essa a nossa vontade. O senhor Arménio falou na questão das artérias degradadas, que é uma vergonha, precisamente por ser uma vergonha, quando reparar no Orçamento e no Plano Plurianual de Atividades, nos dois, três, quatro, cinco anos posteriores, existem muitas ruas que já foram requalificadas, nomeadamente a estrada de Santa Eulália, Rua José Fontana, Avenida Infante D. Henrique, evidentemente que falta algumas, falta a António Aleixo, a Sá Carneiro, Rua do MFA, Avenida do Ténis, mas estão previstas à medida que for o financiamento garantido. Relativamente à questão dos passeios cheios de ervas, é uma situação que está delegada nas Juntas de Freguesia, portanto, as Juntas de Freguesia terão de responder por isso. A entrada principal de Ferreiras, fez uma comparação com a pintura do estádio e uma coisa não tem nada a ver com a outra. O estádio é uma empreitada, a entrada principal de Ferreiras é outra. A entrada principal de Ferreiras teve um problema, o primeiro concurso lançado ficou deserto e o segundo está em andamento. Os concursos estão muitos deles a ficarem sem concorrentes, há poucas empresas, não é fácil que tal aconteça. O senhor Tomás Cavaco, relativamente ao Cerro da Águia, a questão da ausência da sinalética viária, não é preciso fazer muito como já disse o que tinha a dizer, penso que o Diretor desta área, o Engenheiro Batalha, está presente na sala, e já registou e a partir de amanhã determino que se comece a fazer um estudo da parte da sinalética naquela zona, porque se assim o diz e



se é testemunha ocular dessas situações penso que é extremamente importante. Não será preciso nenhum abaixo-assinado nem nada de especial. Também faço recordar que existe uma aplicação que temos na Câmara, que é a gestão de ocorrências e é importante que as pessoas escrevam lá, o que vão sugerindo, o que vão notando a falta, porque, e agora prende-se com o ponto seguinte, que é a recolha do lixo, muitas vezes os próprios empregados da empresa retiram o contentor do sítio onde estava para outro, sem avisarem os próprios serviços e as respostas deles é sem determinações superiores. Não se sabe muito bem quem faz ou quem diz, mas é importante que as pessoas escrevam nessa aplicação. Relativamente ao orçamento participativo, sei que ele vai avançar, vai ser possível e a sugestão que deu para aquisição dos bilhetes, com certeza que estamos a trabalhar no sentido de serem adquiridos através da internet e não ser necessário ser presencial. Vamos tratar desse assunto e agradeço muito a sua sugestão, que é extremamente importante. A questão da iluminação de Natal, a questão da aquisição dos equipamentos, há alguns anos já tivemos isso, mas depois o material deteriora-se, não é colocado nos sítios certos, para além de não termos pessoal para a sua instalação. Relativamente às câmaras de vigilância e relativamente ao hardware que falou, foi tratado por uma comissão da Câmara e com a GNR que deu os seus pareceres e deu a sua autorização para que isto seja colocado, daí também a demora, este tempo todo para ser possível. Em relação à dúvida que falou, eu próprio vou ver essa dúvida e vou tentar esclarecê-lo daquilo que falou há pouco. O senhor Luís Jorge, falou da questão do IMI e da Derrama, evidentemente que ninguém gosta de aumentar impostos, é preciso notar que Albufeira tem sido, dos oitenta municípios que estavam na taxa mínima de IMI e já há quatro anos que isso acontece, este ano tínhamos previsto, caso melhorasse e caso houvesse essa possibilidade, mas também entendemos que não é o melhor ano para acontecer esta subida de zero trinta para zero trinta e oito, que era o que estava previsto, mas a questão do zero trinta e oito fazia com que houvesse mais algumas obras feitas. Assim não havendo essa possibilidade, achamos também que será melhor não subir esse valor, daí a minha proposta de retirada dos pontos inerentes a estas situações do IMI e da Derrama. A proposta alternativa, de meter a máquina da Câmara a funcionar, tem toda a razão, já estou a trabalhar na parte das obras particulares, no sentido de querer ter tudo nos primeiros quatro ou cinco meses, seis meses o mais tardar, a questão dos projetos todos em dia, para que possa depois haver uma questão de acompanhamento daquilo



que vá dando entrada e vá sendo resolvido o mais rapidamente. Espero dentro de seis meses ter a situação toda em dia. As formas vão ser completamente diferenciadas e diversificadas, portanto, não será com certeza com o mesmo tratamento que tem sido feito, tem de haver muitas mudanças, muitas alterações, quer de procedimentos, quer de atitudes, quer de sensibilidades. Estou completamente convicto dessa parte, aliás, eu próprio tenho o pelouro do urbanismo precisamente porque quero ver essa situação resolvida e não sou de dizer que passados seis meses quero ter a situação em dia, sou de cumprir aquilo que digo, portanto não é só para fazer jeito. Relativamente à questão da obra do saneamento dos Matos e da Guiné, irei ver o que se passa com o contrato, para ver o estado em que está a obra. Senhor Carlos Coelho, os semáforos estão a ser tratados, a questão de subsidiar as entidades, algumas delas não serão competentes, digamos assim, entre aspas, para receberem esses subsídios, devendo haver mais fiscalização, mais rigor na utilização dos dinheiros, obviamente, porque o dinheiro público tem de ter rigor e quando diz que a gestão financeira não é rigorosa, pois pode ter certeza que ela tem sido rigorosa. É a sua opinião e cada um tem a sua opinião e é legítima que a tenha. Agora, que o movimento associativo em Albufeira tem sido fundamental para manter os níveis quer desportivos, quer sociais, veja-se o papel das IPSS, e das entidades sociais no apoio e na ajuda alimentar e medicamentosa às pessoas mais carenciadas durante este período de pandemia que tem sido mais gravoso, no entanto, já mesmo antes de dois mil e dezanove, antes da crise sanitária havia problemas do mesmo tipo, não tão agravados como tem sido agora com a pandemia. Relativamente à questão do senhor Fernando Osório, falou Giro, não foi apenas uma promessa, como já disse há pouco, quando prometo tento cumprir, a não ser que algo mais forte que a minha vontade não aconteça e isso faz com que não se possa cumprir. O que é certo é que a extensão do Giro, nesses pontos que disse está aí. E demorou tanto tempo porque o primeiro concurso ficou deserto, uma vez mais não houve concorrentes. Abriu-se novamente, teve de ir novamente para o IMT, para fazer a análise do processo, porque temos de ter sempre a auscultação dessa entidade. E agora já foi novo concurso, já houve nova entrega de propostas, já foram escolhidos os concorrentes, temos agora a situação do contrato para assinar e o visto do Tribunal de Contas e a partir daí tudo se inicia então com esses novos circuitos, Guia, Vale Parra, Olhos de Água, Açoteias. O senhor João Marreiros, colocou uma questão que vou deixar para responder no fim e já digo porquê. O senhor Vítor falou da bomba de



combustível, penso que é a bomba do Intermarché e penso que estará licenciada. O senhor arquiteto Eduardo está na sala, poderá confirmar se isso é verdade. Dra Isabel Neves, sobre Albufeira no Coração, vou ver a questão do aluguer do espaço ou a cedência do espaço de estacionamento, na próxima semana vou tratar dessa situação. O senhor Palhinhas, freguesia de Ferreiras, falou do abrigo do Giro, que contactou os serviços que lhe responderam, com a nova concessão isso seria possível. Como já disse, a nova concessão atrasou-se por via da primeira versão do concurso ter ficado deserta, o segundo houve concorrentes e vai assinar o contrato e será remetido ao Tribunal de Contas para o visto. Demora sempre uns dois meses o visto do Tribunal de Contas, mas penso que em dois meses se resolve o problema e finalmente teremos o Giro, evidentemente que depois faltará a aquisição dos autocarros, a caracterização, os abrigos, isto tudo não é linear e tão imediato como nós queremos pensar. Faltou responder ao senhor João Marreiros, eu ia pedir ao Senhor Presidente se a Senhora Vereadora Cláudia, como ela tem a questão do pelouro das águas, que pudesse dar algum esclarecimento sobre isto." -----

Arquiteto Eduardo Viegas: "Boa noite a todos, na sequência desta questão apresentada, os serviços de fiscalização deslocaram-se ao local e verificaram a situação, tendo informado que o posto de combustível se encontra titulado pelo alvará de utilização cento e noventa e oito de dois mil e dez, no âmbito do processo de obras três de dois mil e nove." -----

Vereadora Cláudia Guedelha: "Boa noite a todos, relativamente à questão apresentada pelo senhor João Marreiros e que já o tinha referido nesta mesma Assembleia em Junho, isto prende-se com uma situação que temos estado a analisar em conjunto com o arquiteto Eduardo, relativamente ao serviço de Obras Particulares e da parte do Departamento das Águas e Saneamento e o motivo pela qual não foi retirado o contador da água prende-se com as medidas excecionais e temporais implementadas pelo Governo relativamente à pandemia, que diz para não tirar a água, tendo em conta que é um bem público, até ao final do ano, que termina agora dia trinta e um. Posto isto, pedimos um parecer jurídico, analisado pelo jurídico decidimos não retirar o contador até então, tendo em conta que o município tem estado a reunir todos os factos para resolver esta situação com o departamento, eu pedia ao arquiteto Eduardo para fazer um apanhado do que está a ser feito. Chegado o fim do ano vamos então analisar e notificar o senhor, na eventualidade da situação não estar resolvida, ser



então retirado o contador. Relativamente à questão dos Matos, que foi há pouco referido, houve o prolongamento da obra por mais quatro meses, termina em fevereiro, a dificuldade prende-se com a quantidade de rocha existente que dificultaram as obras e houve esta necessidade, mas fica concluída agora em fevereiro.” -----

Arquiteto Eduardo Viegas: “Sobre esta questão, da parte do contador da água a Senhora Vereadora teve a oportunidade de explicar, no âmbito do procedimento urbanístico, estão em causa dois processos de obras para o mesmo local, um processo que é o cento e setenta e nove de noventa e nove, teve a sua licença de construção e teve o seu procedimento, posteriormente teve o processo vinte e sete CP dois mil e onze, que teve a sua certidão de não rejeição em dois mil e doze, teve o seu período de alvará de construção. Mais recentemente, na sequência do pedido de utilização que foi rejeitado, foi apresentada uma comunicação prévia e neste momento o último movimento em termos de processo de obras foi em reunião de Câmara de vinte o sete de dois mil e vinte e um, que foi transmitida a informação técnica ainda de teor não favorável à pretensão e foi concedido um prazo de sete dias para resposta. É neste momento o ponto processual em termos do procedimento urbanístico.” -----

Não havendo mais intervenções por parte do público, o Presidente da Assembleia deu início ao Período Antes da Ordem do Dia. -----

PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA:-----

Tomaram o uso da palavra os membros: -----

Carla Madeira: “Boa noite a todos, aos presentes, desde já os votos das rápidas melhoras ao Senhor Presidente da Câmara. Eu vinha aqui falar um bocadinho sobre a iluminação também, não vinha falar de números, vinha tentar perceber o que é que se passava na generalidade com o facto de não termos iluminação. O Senhor. Presidente emitiu este comunicado esta tarde, já nos clarificou aqui algumas questões, no entanto, não ficamos totalmente esclarecidos sobre se vamos ter efectivamente algumas luzes em algumas freguesias, nomeadamente Paderne que está às escuras, ou pelo menos têm falta de algumas luzes, Vale Parra parece-me que também não têm luzes, se há indicação de que até ao Natal haverá alguma coisa? Tinha aqui uma questão para colocar, fiquei há pouco tempo a conhecer uma iniciativa da comissão europeia, através da ANCON, que tem o nome de Wifi4EU e esta iniciativa, foi uma iniciativa da comissão em que se candidataram cento e sessenta Municípios para receber apoio para, instalar redes do Wifi nos municípios. Eu soube há pouco tempo que Albufeira



tinha sido uma delas, mas andei à procura de informação sobre isto e não consegui encontrar, em lado nenhum, aliás, encontrei uma reportagem no site oficial da Comissão Europeia, está em Inglês, onde curiosamente diz que os habitantes do concelho, responderam muito positivamente à iniciativa, eu não sei se os habitantes de facto conhecem a iniciativa, eu não tinha conhecimento, inquiri algumas pessoas, ninguém sabia do que é que se tratava e gostava de saber se realmente isso foi implementado. Na reportagem fala de catorze pontos do Wifi gratuitos, eu gostava de saber se realmente foi implementado, onde é que foi, onde é que estão esses pontos, quais são e se há possibilidade da Câmara de alguma forma divulgar isso porque é importante, as nossas crianças às vezes têm trabalhos de grupo para fazer, reuniões de trabalho em que é necessário usar internet e precisam de estar todos juntos nem sempre há um "Hotspot", ou uma coisa assim que possam usar e acho que isso era importante, portanto, se realmente foi feito a Câmara divulgar isso, porque procurei até no site da câmara e não encontrei nada. Relativamente a uma questão que já vem de trás, eu há um ano atrás mais ou menos estive aqui numa reunião, onde ouvi o Senhor Presidente falar sobre a parte de traz, aquela estrada que vêm de Messines, passa pelo Zipzip e segue para Albufeira, que iam, tinham adquirido ali um imóvel para derrubar e portanto para alargar ali a curva e termos um bocadinho mais de visibilidade, quem vêm por exemplo dos Matos e entra ali na estrada, por trás no Purgatório para seguir para a aldeia. Até hoje, já passou mais de um ano e até hoje a casa continua lá a curva não foi alargada e aquilo é extremamente perigoso eu sei, já fui à Junta de Freguesia em Paderne e sei que o Senhor Presidente Ruaça já fez, ou pelo menos já mandou indicação das queixas que tem havido ali, eu sei que aquilo ali também é uma Estrada Nacional e que não está dentro da autonomia da Câmara, mas eu pedia, se possível que fizessem um "forcinguezinho", porque aquilo de manhã por exemplo entre as oito e meia e as nove horas é quase uma roleta russa atravessar ali, não há visibilidade e as pessoas que vem daquelas zonas de Alcaria, de Monte Elóis, etc, aquilo é uma reta, passam ali pelo Zipzip com uma velocidade brutal e aquilo é perigosíssimo a conseguirmos entrar naquela estrada para depois irmos para a aldeia de Paderne." -----

Carla Vieira: "Muito boa noite a todos, boa noite aos membros da Assembleia Municipal, ao Senhor Presidente da Assembleia Municipal, aos Senhores Secretários, ao Senhor Presidente da Câmara, ao qual pessoalmente desejarei as rápidas melhoras e



restabelecimento, aos Senhores Vereadores, ao público presente e a todos os que nos veem à distância. A minha questão prende-se com um ponto, que foi discutido na última Assembleia Municipal no passado dia quinze de Novembro, em particular o ponto oito, relativamente ao concurso público para execução da empreitada da substituição do sistema AVAC, do paços do concelho, pelo preço base de um milhão duzentos e quarenta e oito mil, quatrocentos e oitenta e seis ponto cinquenta e seis euros, e que foi aprovado pela maioria, com os votos da abstenção, meu e da Mónica Félix. Ora, neste sentido solicito ao Senhor. Presidente que me esclareça: se a candidatura que a Câmara Municipal apresentou junto do CRESC Albufeira 2020, a um de Abril de dois mil e dezoito, aprovada em Novembro de dois mil e vinte, e cujo prazo de execução seria ou será até ao dia trinta e um de Dezembro de dois mil e vinte e um, destinado exatamente à melhoria de eficiência energética nas infraestruturas públicas e com vista naturalmente a adotar o edifício dos paços do concelho com novos equipamentos e substituição de outros, de forma também a reduzir os consumo de energia elétrica e energética, portanto a candidatura foi pelo preço total base de novecentos e cinquenta mil duzentos e sessenta e nove e tendo o apoio financeiro da FEDER por quatrocentos e oitenta e um mil e vinte e quatro euros, pergunto: esta candidatura que foi aprovada, foi executada? Que eu saiba, que eu tenha conhecimento não. A câmara recebeu este apoio? Se recebeu este apoio onde é que está aplicado este dinheiro? E pergunto por último, se este objeto desta candidatura não está integrado também, no concurso público da tal substituição do sistema AVAC, aprovado na última Assembleia".-----

Luna Silva: Boa noite a todos os presentes, desejo as melhoras ao Senhor Presidente, saúdo os presentes, os Senhores Vereadores, Presidentes das Juntas de Freguesia, os munícipes. A minha intervenção refere-se e reforça um pouco aquilo que foi dito aqui pelos munícipes, de facto por muito que se fale neste assunto e tenho a certeza que todos nesta sala concordam, um grande problema nesta cidade é sem sombra de duvida, a limpeza e o aspeto que ela têm. Temos uma cidade suja, repleta de relvado, relvas na estrada que não são cuidadas, temos pontos de ordem do dia com orçamentos, no valor de oitocentos mil euros de limpeza, pergunto-me onde estão as pessoas a limpar as ruas? Eu não as vejo e se as vejo não as vejo com vontade de limpar. Depois algo preocupa, que é, quando não há limpeza numa cidade, vem a degradação e vem a criminalidade. A verdade é que nós vivemos numa cidade que não é segura, eu própria não me sinto segura a andar nas ruas de noite em Albufeira, como



mulher, sozinha recuso-me a sair nas ruas de Albufeira, porque a criminalidade é alta, não considero que os sistemas de vigilância sejam suficientes para diminuir essa criminalidade, no entanto, com certeza que irão ajudar. Mais grave ainda é: quando é colocada esta questão de, porque é que temos uma cidade tão suja, porque é que nós temos um orçamento de oitocentos mil euros para uma empresa para limpar uma cidade, desculpem até perdi o raciocínio, as respostas que são dadas é que não há mão-de-obra, como é que não há mão-de-obra se nós estamos num distrito com a maior taxa de desemprego? Não colhe, esta justificação simplesmente, não colhe. A verdade é que algo tem que ser feito rapidamente, porque de ano após ano a cidade está cada vez mais suja, tem odores, não pode ser considerada neste momento a capital do turismo, eu vou ao Carvoeiro e vejo uma baixa limpa, vejo pessoas a limpar a baixa, vejo que há pessoas que eu não tenho receio de passar na estrada. Eu não nasci na cidade de Albufeira, tenho pena das pessoas que nasceram aqui e que vêm esta cidade aos poucos a cair. Eu apelo para novo ano, uma nova cidade, fazer uma maior fiscalização a nível das limpezas, porque de facto isto não pode continuar assim. Há pouco falou-se da Estação de Camionagem, eu concordo, eu posso dizer que estive lá há dois dias atrás e recusei-me a sair do meu veículo, porque era uma cambada de sem abrigos e ciganos que moram ali perto, todos ali à volta e eu tive medo de sair do veículo, portanto eu considero que para o ano que vêm devem de ser tomadas novas medidas, deve-se procurar uma maior fiscalização porque de facto não podemos deixar que esta situação continue." -----

André Lima: Boa noite a todos, aos presentes e aos que me seguem online, as melhoras Senhor Presidente. Eu tinha aqui um ponto para falar, mas depois da sua primeira intervenção acrescentei algumas coisas, vou tentar ser um pouco mais leve depois desta intervenção, um bocadinho mais para o depressivo da deputada Luna, tentar alegrar isto um bocadinho. Primeiro, em relação à iluminação acho que foi quase tudo dito, só tinha uma questão a acrescentar, falou em coima, a minha questão é: essa coima está a contar a partir do momento em que o prazo terminou ou que deveria ter acontecido ou a contar a partir do momento que foi denunciado o contrato? E na sequência disso, que valor, tendo em conta que é um serviço que nos está a ser prestado, ou está ser muito mal prestado, que valor é que podemos esperar, reaver do nosso dinheiro, neste investimento que está a sair furado. Segundo ponto, o Senhor Presidente, e muito bem, reforçou, referiu aqui a importância de um movimento



associativo e o trabalho que faz, eu queria questionar, quanto é que está previsto ou estaria previsto neste momento de orçamento que, não vamos discutir, quanto é que estaria previsto para o movimento associativo, para o próximo ano, eu li ai algures que seria uma redução de noventa e três por cento, gostava de saber se esta redução se confirma e se quando refizerem o orçamento vão ter isso em conta. E último, quero exatamente o ponto pra que eu vinha cá falar, tem a ver com os voucher, vales de educação que foram entregues no início do ano lectivo em Setembro, antes das eleições, aos alunos dos agrupamentos das escolas do concelho. Foram entregues, só para recordar, vales no valor de quarenta euros, para serem utilizados em negócios locais que aderiram a este programa e naturalmente por diversas razões nem todos os alunos os receberam naquele momento, por inscrições atrasadas, por mudanças de escola, porque que não estavam presentes na altura da entrega, e também tenho conhecimento que agora, neste momento, ainda existe em pelo menos dois dos três agrupamentos de Albufeira, alunos com o vale por receber, e também tenho conhecimento que pelo menos um dos agrupamentos fez o pedido, entregou a relação dos alunos que ainda não receberam já vai para mais para mais de um mês e tal, o último envio. Tendo em conta que, hoje era o último dia para gastar os vales, a minha questão é: se estes alunos que não receberam, se ainda vão receber, se vão receber, quando? Tendo em conta que o prazo terminava hoje, está prevista alguma extensão ou até quando, se recebendo até quando será a extensão desse prazo, para as famílias saberem se podem ou não contar com esse apoio, que é apoio e que acho importante, mas tendo em conta a forma como foi dado, deverá chegar a todos." -----

Carlos Quintino: Excelentíssima Assembleia, boa noite a todos, boa noite aos presentes, boa noite lá em casa também, boa noite especial aos munícipes hoje presentes e que se apresentaram de uma forma muito efetiva e com um nível de participação muito bom, deveriam ser assim todas as Assembleias. Queria começar por dizer que, por alguns segundos parecia que vivia numa outra cidade, felizmente a nossa cidade é uma cidade segura, é uma cidade que é desejada para muitos para viver, é procurada por pessoas de todos o mundo que, procuram aqui residir e passar férias. A nossa cidade não tem nada a ver com aquilo que a deputada Luna descreveu e muito menos nos termos em que o fez. Queria também dizer que, o facto de existirem alguns sem abrigo junto ao terminal rodoviário, revela que efetivamente e independentemente dos grandes apoios que o município lhes tem dado, incluindo sendo inovador num Hostil



para os alojar, ainda há algum trabalho a fazer deputada Luna, mas queria-lhe também dizer que, embora com as suas características muito peculiares, as pessoas de etnia Cigana também merecem o nosso respeito e queria lhe ainda dizer que, Albufeira é considerada uma das melhores cidades de Portugal para viver, não só a nível social, como a nível do emprego, da economia, da educação das infraestruturas e poderia estar aqui mais algum tempo a especificar. Posto isto, gostaria de me dirigir a esta Assembleia para vos transmitir um pequeno levantamento que fiz de dados que, efetivamente são dados públicos e todos podem ter acesso, no sentido de começar por vos dizer que realço a humildade e objetividade do Presidente da Câmara e do executivo que perante o atual cenário político retiraram o orçamento e pediram ao Senhor Presidente da Assembleia para o retirar para uma melhor apreciação, não deixando de realçar que os anos de dois mil e vinte e dois mil e vinte e um, foram anos particularmente difíceis, todos nós conhecemos o motivo, e que obrigaram a que este município tivesse que fazer investimentos em várias áreas que habitualmente não faria. Foram gastos com aquisição de bens e serviços cerca de quatro milhões de euros em dois mil e vinte e dois mil e vinte e um, e estes bens e serviços, são bens e serviços relacionados com aquilo que é o combate efetivo, o combate no terreno a ajuda às pessoas que este executivo fez. Queria também realçar que no, que diz aos apoios financeiros às entidades externas, rondou também os quatro milhões de euros e aqui estão incluídas as IPSS do concelho, para que se note que efetivamente o apoio deste executivo às IPSS e às associações do concelho é bastante significativo. Não queria também deixar de dizer, que os apoios não foram só apoios diretos, foram também apoios indiretos, veja-se que naquilo que é a isenção das tarifas fixas da fatura da água, deixou de entrar nos cofres do município cerca de dois milhões de euros, veja-se que, pelo facto de estarmos numa crise pandémica, que gerou uma falta de confiança enorme na nossa economia, houve muitas transações imobiliárias que não se fizeram e nós tivemos uma perda de cerca de onze milhões no IMT, tudo isto, somado, nós temos um total geral de despesa e perda de receita à volta de vinte e dois milhões, entre dois mil e vinte e dois mil e vinte e um, isto é para que se perceba que efetivamente o município teve obrigações, cumpriu essas obrigações e investiu nas pessoas, este investimento foi nas pessoas." -----

Leonardo Paço: Boa noite a todos, os presentes e os que estão em casa. Não queria deixar de aqui felicitar esta Assembleia, e em particular a Helena Palhota Simões e o



Francisco Oliveira, por fazerem parte das listas da Assembleia de República, cada um com o seu partido, acho que, para nós é uma honra ter entre os nossos pares, estes dois ilustres candidatos. Depois, outro assunto que aqui me traz, tem a ver com um email que recebemos no dia seis de Agosto de dois mil e vinte um, quando eu digo que recebemos, a Assembleia Municipal recebeu, e que veio a uma Assembleia e que não teve resposta até à data, porque o seu Senhor Presidente na altura não estava presente e quem representou o executivo na Assembleia foi a Vice Presidente Doutora Ana Pífaro, que neste momento já não faz parte do executivo, pelo que eu gostava de saber em que pé está esta situação do email enviado pelo senhor Artur Saraiva, no dia seis de Agosto de dois mil e vinte e um, se já houve resposta? Se sim, qual, tendo em conta que o mesmo email foi enviado para a Assembleia Municipal e como tal gostaríamos de ter conhecimento qual foi a resposta, que o munícipe obteve.” -----

Adriano Ferrão: Boa noite à mesa, Senhor Presidente, restantes membros da Assembleia, público aqui em geral. Eu venho aqui para reforçar um pouco aquilo que o meu colega de bancada já falou, e que ao longo aqui destas intervenções, enfim, se quer mostrar que, enfim que se apresenta ao concelho de Albufeira, como um concelho de algum modo caótico, todo ele é cheio de problemas e nós sabemos perfeitamente também que não há concelhos ótimos e absolutamente conseguidos, todos eles estão em permanente construção e devemos dar a nossa atenção a todos os aspetos que sejam melhoráveis, mas longe de ser caótico, longe de ser uma ruína, Albufeira é um dos municípios mais enaltecidos pelas suas qualidades nos rankings nacionais e internacionais e eu estava a ouvir o meu colega e estava a pensar que, ainda há pouco tempo Albufeira foi enfim, mencionada no Jornal de Negócios, apresentando Albufeira como um dos melhores dez municípios em termos de eficiência económica que, isso podem constatar no, como eu disse no Jornal de Negócios. Depois, somos nós que normalmente temos também, quando o país atravessa nestes últimos vinte anos um decréscimo de duzentos mil habitantes, o Algarve consegue crescer e o segundo concelho que mais cresce no país inteiro é Albufeira, o que mostra mais uma vez que, Albufeira continua a ser um pólo de atração populacional, demográfico e por isso recebe cada vez mais gente que nos procura, que procura este município para vir residir e aqui criar os seus filhos e as suas famílias. Depois também queria aqui referir que em termos de pandemia que temos, enfim, assolado nestes últimos anos a Proteção Civil aqui de Albufeira, que como sabem é encabeçada pelo Senhor Presidente, pela



Senhora Vereadora e pela restantes equipas que constituem todo o staff de Proteção Civil, tem conseguido de alguma maneira para manter o concelho de Albufeira em patamares menores de pandemia, do que os seus vizinhos do próprio distrito, de modo que, pensando também, que quando fazemos a contabilidade à criminalidade de Albufeira, e que esta, sendo um destino turístico procurado por centenas de milhares de pessoas, que aqui ficam durante a época balnear, Albufeira mostra mesmo assim índices baixos de criminalidade contribuindo, para que Portugal seja internacionalmente tido como o terceiro país melhor, de maior segurança no planeta. Ora, não parece que Albufeira seja assim tão má, os próprios munícipes que estão aí do outro lado daquela Câmara sabem disso e é por isso que cá moram, cá vivem, e eu com muito orgulho faço parte desta comunidade.-----

Helena Simões: Boa noite, os meus devidos cumprimentos a todos, as melhoras ao Presidente. Eu não vou ser tão diplomática como os meus dois colegas de bancada, até porque quem não sente não é filho de boa gente e houve aqui alguma xenofobia, houve aqui um rotular de uma criminalidade que possa advir de uma condição de sem abrigo, como tal, eu sinto-me, em defesa da honra que devo responder, até porque toda a gente sabe nesta digníssima Assembleia, que eu sou uma pessoa muito próxima a um projeto pioneiro e inovador no concelho de Albufeira, e também poderei dizer, tal como a deputada Luna, disse na primeira pessoa, que frequenta as ruas, quer na vida noturna eventualmente, quer no dia-a-dia, eu lamentavelmente sou surda de um ouvido mas ainda continuo a cheirar bem, e não sinto os odores que a deputada refere, não vejo o lixo que se refere, efetivamente existem problemas pontuais que estão devidamente identificados e estão circunscritos e que provavelmente estarão em vias de resolução, até que os pontos da limpeza, mas fazer disto, que de repente vivemos todos no meio da imundice, parece-me de toda uma imagem deturpada da realidade. Que não se sente segura, pois eu lhe direi que eu vim para Albufeira vai para vinte e um anos, desde há vinte e um anos a esta parte eu todos os dias círculo sozinha, de dia de noite, de manhã à tarde, a pé de carro e nunca senti qualquer tipo de insegurança em qualquer momento e em qualquer lugar. Como tal não sei se viverá na mesma Albufeira que eu vivo. Criminalidade alta e depois associa a criminalidade alta às pessoas de etnia cigana e associa aos sem-abrigo, bom, em relação à questão da criminalidade ela não é contagiosa, em relação à questão da condição de sem-abrigo, são todos ou quase todos bastante assessorados pela instituição C.A.S.A., no concelho



de Albufeira, que por sua vez, são assessorados financeiramente pela Câmara, e posso dizer na primeira pessoa, que quando muito de vós estavam em confinamento, quando muitos de vós estavam na primeira vaga confortavelmente em casa, eu estive doze horas, seis dias por semana a desenvolver trabalho junto dessas pessoas com fragilidades, dir-se-á no passado e a tentar implementar um projeto para o futuro, e dir-vos-ei, não é contagioso, dir-vos-ei têm projetos de vida e se não fosse, nem esta Câmara, nem esta instituição, dificilmente os conseguiriam implementar ao longo dos último ano e meio, dois anos que o projeto existe e não sei exatamente, que é para não estar a ser precisa, eu direi pelo menos vinte pessoas, na qualidade de condição de sem-abrigo já foram reinseridas, reintegradas, algumas delas repatriadas para os seus países para serem reagrupadas com a sua família, como tal definir que um sem-abrigo por si só, é um índice de criminalidade, parece-me rotular as pessoas, e como disse não poderia deixar de defender porque estarei em defesa da honra de uma instituição que eu ainda hoje faço voluntariado e poderei vos dizer que vou às zonas onde eles estão muitas das vezes e nunca, em momento algum me senti ameaçada, antes pelo contrário sou sempre bem recebida. Em relação à dificuldade da contratação, pois, ora nós sabemos que existem acordos coletivos de trabalho, nós sabemos que existem ordenados que estão tabelados e nós sabemos que a contratação no sector público, não é deveras fácil, que neste momento infelizmente, já se alastrou inclusivamente ao sector privado, como tal, rotular e dizer, lançar a suspeição que afinal, poderá não ser tão difícil de contratar, acho que não é prudente, não contribui para as soluções apenas lança confusão. Em relação à questão do deputado André Lima, eu presumo que as coimas estejam devidamente consagradas no contrato, eventualmente se o infrator não as quiser pagar existe sempre o último recurso que se chama os tribunais, obviamente e presumo que o Presidente irá responder fatualmente a nível de valor das ditas contra-ordenações. Obrigada."-----

Carla Vieira: "Ora eu confesso que tenho uma perceção diferente do nosso município, do nosso concelho relativamente à visão que foi expressa pela colega, deputada Luna Silva, quer também pelo deputado Quintino e pela deputada Helena Simões. Efetivamente não penso que vivemos num concelho totalmente obscuro, totalmente imundo, totalmente desprovido de segurança e de limpeza. Contudo, também confesso que, não vivemos no concelho ideal, nem no país das maravilhas, não é? Porque aqui não somo todos Alices, portanto temos que ter plena noção, de que, temos o que temos



naturalmente que, os nossos governantes estarão atentos às necessidades dos nossos munícipes, mas certamente que, há muito a fazer, muito mais e muito melhor, para quem tinha a sigla na campanha de que vamos transformar Albufeira a melhor cidade para viver, certamente estamos todos a remar nesse sentido e eu entendo estas manifestações como uma, não como uma crítica, mas como um apelar, um chamar de atenção efetivamente ao que é necessário. Eu pedi novamente a palavra para falar aqui ao Presidente e ao seu executivo, que efetivamente nós reconhecemos o lado positivo pelo facto de terem recuado, relativamente à apresentação do orçamento e dos planos plurianuais. E saúdo porque entendo que as vozes discordantes foram imensas e finalmente fizeram-se ouvir, e fizeram-se ouvir e por isso tiveram efetivamente a humildade de dar um passo atrás. Naturalmente que, sugerimos, Albufeira Prometida sugere, que o orçamento será rectificado, naturalmente que, irá ser presente a nova Assembleia, mas que tenham em atenção vários critérios de prioridades relativamente às necessidades prementes que o nosso concelho necessita, a todos os níveis e certamente que o farão. Consideramos também que, e defendemos uma correta e assertiva gestão dos recursos que temos disponíveis, sejam eles humanos, financeiros, tudo o que tiver disponível, que seja gerido de uma forma criteriosa, com prioridades, porque efetivamente há muito a fazer e o orçamento tem que espelhar exatamente isso e que seja um orçamento transparente, um orçamento devidamente transparente, para isso é essencial, naturalmente a eficiência do funcionamento dos serviços camarários".-----

Carla Madeira: Eu só vinha aqui responder ao que o deputado Carlos Quintino falou, acerca do IMT e da perda da receita em relação a isso, e eu vou-lhe só dizer que eu continuo a achar que isto é tudo uma falta de organização da parte da autarquia e vou-lhe dizer porquê. Eu há vinte e tal anos atrás trabalhava num escritório de advogados, tive lá há mais de uma década de anos a trabalhar e a minha vida era basicamente neste corredores aqui da Câmara, das finanças, serviços públicos e eu chegava aqui à Câmara, isto é um exemplo pequenino para percebermos, sentava-me à frente de uma funcionária da seção de obras, pedia uma planta ou uma fotocópia simples de uma licença e ao fim de quinze minutos eu tinha na minha frente essa fotocópia. Hoje em dia, nós chegamos aqui à câmara, para já somos logo interpelados por dois seguranças, é quase um jogo de vídeo, tipo Playstation, para conseguir passar obstáculos e chegar à seção de obras. Então, depois de conseguirmos chegar à seção de obras, chega uma



senhora para nos perguntar o que é que quer, dá-nos um papel, agente preenche o papel e voltamos com o papel, vai o papel lá para dentro e volta com o papel carimbado e diz-me: daqui a três semanas volte cá para vir buscar a cópia. Isto, eu não sei quantos anos é que eu posso pensar que isto regrediu, mas são bastante mais dos que os vinte e tal, e de facto a receita do IMT que nós perdemos é porque não há investidores que tenham a capacidade de entregar aqui um projeto na seção de obras e estejam depois à espera três ou quatro anos para começar a por a primeira pedra na obra. Portanto, se há perda de IMT, eu peço desculpa, é falta de organização da autarquia, é um dos pontos que o Presidente nos disse que vai melhor e espero bem que aconteça.-----

Domingos Coelho: Boa noite a todos e as melhoras para o Senhor Presidente. Gostava só de chamar a atenção aqui para um pormenor, parece que está ser tomado como alguma normalidade, mas penso que não é, é a situação de, diríamos a vinte e quatro horas da reunião Assembleia, os principais pontos da ordem de trabalho terem sido retirados, penso que não tenho lembrança de uma situação destas e, para já o executivo ao assumir essa posição com certeza reconheceu que não tinha condições para avançar com aqueles pontos. Eu por um lado, digamos que, dou os parabéns nesse recuo, penso que é um recuo que reconhece que não havia condições para avançar com estes documentos, por um lado a oposição manteve-se eu diria unida e este recuo é sensato do ponto de vista político, orçamental, agora não se trata tanto de dizer quem ganhou ou quem perdeu, eu acho que quem ganhou foram os munícipes de Albufeira, foram as famílias, foram as empresas, que para já e segundo a estimativa do orçamento que não chegou a sê-lo, havia á volta de sete milhões de euros, seis, sete milhões de euros, que se não houver aumentos de impostos, como parece que não vai haver, é dinheiro que fica na economia, fica nas famílias. A questão que se põe agora aqui é: como é que vai ser construído, elaborado o próximo orçamento? E eu penso que, eu julgo que, finalmente o executivo e o staff técnico têm que "aprender" eu diria assim entre aspas, a trabalhar e a planear com menos receitas, aliás ainda há dias eu estava a fazer uma pequena comparação do rácio entre o número de habitantes do nosso concelho e o valor do nosso orçamento com Loulé e com Faro e o rácio era brutal em relação o nosso valor e o valor desses concelhos. Portanto ou seja concluindo que, Albufeira está habituada a viver com muita receita, e logo faz muita despesa e provavelmente neste momento é exatamente a muita despesa, portanto, esperemos que, com o saldo que está previsto transitar, cerca de quarenta milhões, esperemos



que não estejam cativos para outras situações, com alguma parcimónia ao nível da gestão da despesa, seja possível fazer um orçamento com coerência, transparência e que no fundo eu diria usando uma linguagem que se usava até há pouco tempo, usava o PSD, que a forma de tratar o défice orçamental era cortar nas gorduras e nos gastos intermédios, ora penso que, está exatamente na altura do PSD aplicar esta máxima à gestão do orçamento camarário." -----

Mónica Felix: "Boa noite a todos, desejo umas rápidas melhoras ao Senhor Presidente, eu gostava de pedir um esclarecimento ao Senhor Presidente e ao Senhor Vereador do Desporto, relativamente a uma situação. Tive conhecimento que foram solicitados em Outubro dois pedidos para a utilização de pistas nas piscinas municipais de Albufeira, no âmbito do desporto escolar e de um projeto com alunos da educação especial do agrupamento de escolas de Albufeira, bom, até hoje não tivemos qualquer pedido, faltam apenas dois dias para acabar o primeiro período, não percebo porque é que não conseguimos ter um pedido de utilização. Acho que é urgente resolver a incapacidade dos serviços têm vindo a apresentar para dar resposta aos pedidos solicitados. Quero referir ainda que estou muito preocupada com a falta de visão que as piscinas têm. Temos as melhores piscinas do Algarve, onde foi feito um enorme investimento e não conseguimos proporcionar os melhores serviços à população, eu questiono-me porquê? Tive também o privilégio de colaborar durante sete anos na gestão e lecionação de várias atividades nestas piscinas, e foi um período de grande sucesso, com recursos humanos de grande qualidade, muito motivados, onde havia uma oferta muito superior ao que há neste momento e que em contraste com o que têm vindo a acontecer nos últimos dez anos, as tomadas de decisões, fizeram com que houvesse este clima de qualidade do serviço prestado aos munícipes. A minha questão é: o que é que se passa naquelas piscinas? Porque que é que há tanta mobilidade? Porque é que não há professores? Porque é que não há nadadores salvadores? Será que há uma falta de gestão de organização? Fico preocupada porque, com esse investimento, com umas piscinas espetaculares e não conseguimos usufruir, portanto espero uma resposta breve aos pedidos que foram efetuados pelo agrupamento e um compromisso, uma solução para melhorar a gestão das piscinas municipais e da divisão do desporto que há muito necessita de uma verdadeira mudança." -----

Presidente da Câmara: "Muito obrigada a todos os seus deputados e deputadas que fizeram aqui intervenções, umas são, como disse há pouco, são todas legítimas com



certeza, só me resta agradecer o trabalho desenvolvido e as opiniões aqui plasmadas, porque delas se tiram ensinamentos, sugestões, alertas, são situações que ajudam o executivo com certeza a gerir e isso tem que ser entendido dessa forma. Evidentemente que não o podemos concordar com tudo o que é dito, as opiniões divergem os níveis de qualificação que nós entendemos, cada um de nós tem o seu parâmetro e o seu paradigma para se poder equilibrar e poder comparar, mas de qualquer maneira somos todos ouvidos sobre essas questões. Relativamente à Carla Madeira e no início perguntou senão iríamos ter iluminação de Natal nas Freguesias. Claro que vamos ter, talvez seja um dos poucos concelhos que tenha iluminação pública nas freguesias. Portanto não se admirem, há dias saiu e há pouco esqueci-me de referir isso, saiu num programa de televisão, falou-se na iluminação pública, não sei em que termos foi, mas penso que foi mais ou menos isto: que Albufeira era dos primeiros municípios, que estavam a ser comparados, porque as comparações são sempre relativas porque a comparação a valores absolutos não há, não há neste campo nem em nenhum campo praticamente, porquê?! Porque muito dos concelhos que têm iluminação pública são as empresas municipais destinadas ao efeito de iluminação que o fazem, a concursos, já não é a Câmara Municipal, é a empresa municipal ou outro nome qualquer. Que existe as associações comerciais, que também não é a Câmara que faz, a Câmara faz por via indireta, as Câmaras não têm empresas municipais é a própria câmara que faz todo o gasto. Eu não acredito que Lisboa tenha menos investimento em iluminação de Natal que Albufeira, é claro que não têm, evidentemente não têm, mas Albufeira ainda assim têm nas freguesias todas, coisa que não acontece em muitos sítios deste país, agora vai ter de uma forma deficiente como já falei este ano e falando aqui sobre as coimas que virá a acontecer, as coimas estão devidamente interpretadas e estão devidamente plasmadas no caderno e encargos que é calculada através do valor da adjudicação a multiplicar pelo número de dias em atraso, e conta-se o atraso a partir do momento em que o contrato deveria de ter terminado e não terminou, a dividir por cem. E ontem ou antes de ontem, os serviços já tinham apurado quarenta e oito mil e tal euros a acrescentar IVA salvo erro. Evidentemente não é, ainda dados concretos, vão ter dados concretos porque não podemos andar até à véspera de Natal a instalar luzes na rua, isso é caricato e nós estamos conscientes perfeitamente disso. Sobre a questão do wifi, que a Carla Madeira falou, com certeza iremos publicitar os locais onde isso está presente, ver o que é que se passa com isso para realmente toda a gente



saber e ficar a saber e tentar aumentar os Hotspots a nível do concelho que era extremamente importante e com certeza útil. Relativamente à questão do entroncamento entre a estrada nacional trezentos e noventa e cinco e a estrada vinda dos Matos, que é estrada municipal, não me lembro agora o número, e com aquele pequeno prédio que está ali e cuja aquisição tive essa iniciativa, há um ano e tal, com o objetivo de alargar aquele triângulozinho que lá está, para alargar aquela curva que vai ser feita dentro de pouco tempo, portanto o Senhor. Presidente da Junta sabe perfeitamente bem, e temos conversado muita vez sobre isso e até antes da zona do Zipzip, se não houver lá almofada nenhuma de redução de velocidade, vou lá mandar colocar uma almofada, porque que eu já tenho reparado que realmente a velocidade ali é extrema, põe em risco muitos muitos carros, muitos automobilistas. Relativamente à Carla Vieira, o concurso do sistema AVAC nos paços do concelho, quer dizer que, o valor de duzentos mil euros, salvo erro, à volta disso foi financiado, foi elegível novecentos e tal mil euros e foi financiado quatrocentos mil euros é o valor que vem para essa obra no âmbito da eficiência energética evidentemente. A Luna Silva, realmente, eu sinceramente também não vejo Albufeira como uma cidade descrita nessa sua intervenção, lamento dizê-lo, Albufeira não é uma cidade com odores, irreconhecíveis, toda suja, insegura, acho que não é nada disso, aliás foi das poucas cidades que desceu a criminalidade, portanto era só uma questão de consultar os números, isto fazendo fé nas estatísticas e com certeza temos que acreditar nalguma coisa. Relativamente aos oitocentos mil euros, são não apenas a limpeza das ruas, mas também a recolha dos resíduos, resíduos não separados, são por dois meses, não é só por um mês. Evidentemente quando o concurso da recolha de lixo e limpeza urbana começar a produzir os seus efeitos que está no tribunal há um ano e meio, portanto quando o concurso produzir os seus efeitos, vai tornar-se irreconhecível os meios no terreno para se resolver de todo e para melhorar com certeza, todo o espaço urbano que é um dos motes principais deste executivo, tem que ser a melhoria dos espaços urbanos que já foi falado aqui, quer os arruamentos, quer a questão das águas, quer os passeios que são muito limitados, quer a iluminação pública nalguns sítios é deficiente, quer a limpeza urbana, portanto, quer o mobiliário urbano, tudo isso está devidamente contemplado neste próximos anos, nestes próximos orçamentos e naquilo que for possível em termos de financiamento, já não há muito financiamento para isso mas infelizmente temos que o fazer porque é extremamente necessário, alguém já aqui



disse que Albufeira não pode ser um lugar bom para viver se o espaço público não for agradável, e querendo que o espaço público seja o mais agradável possível obviamente que é isso a nossa pretensão e o nosso desejo de todos com certeza. Relativamente aos sem abrigo, esteve muito bem a senhora deputada Helena Simões, porque realmente existe aqui o C.A.S.A que é o centro de apoio aos sem abrigo, que é uma instituição a nível nacional, mas também têm uma aqui delegação em Albufeira, que presto aqui publicamente a minha homenagem, e pelo trabalho desenvolvido em colaboração com a Câmara Municipal e com outras entidades, nomeadamente a Santa Casa da Misericórdia, Fundação António Silva Leal, também têm a Cruz Vermelha, os Bombeiros Voluntários enfim, todas essas entidades junto com a Câmara, a Câmara subentendeu o projeto com o C.A.S.A e depois com estas ajudas todas, estas parcerias, todas alugámos um hostel no sentido de albergarmos os sem abrigo durante algum tempo, mas conforme foi dito e bem, nós através da nossa protecção civil, também têm sido um parceiro extremamente importante. A colocação dos sem abrigo não é apenas para lhes dar durante um período curto ou limitado dar-lhe uma refeição quente, ou dar-lhe um cobertor para se tapar naquela época que faz mais frio, não, é recolhê-lo caso ele queira, é encontrar tal qual como a Helena Simões já falou, encontrar uma colocação para ele, dar-lhe um destino de vida, porque não pode ser apenas para tê-lo lá, durante dois ou três dias ou dois ou três meses e ou uma refeição apenas e metê-lo novamente na rua, isso não é acompanhar os sem abrigo, os sem abrigo merecem todos o nosso respeito mas temos que ser na sua completude, têm que ser completo o trabalho e não apenas parcial. O André Lima, falou na iluminação de Natal, as coimas são devidamente calculadas como já disse, evidentemente que são. Relativamente ao associativismo, muitas vezes nos orçamentos não é bem aquele que é espelhado no orçamento, porque depois há as alterações orçamentais que vêm permitir que depois se possa fazer, ao longo do tempo, ao longo do ano, que vai rolando o ano económico, que vai sendo executado esse mesmo orçamento, vai-se permitir depois com alterações orçamentais haver a possibilidade de haver associações que vão com os projetos que vão desenvolvendo e com a atividade que vão desenvolvendo, vão recebendo mais verbas que aquelas que estão inscritas no orçamento logo de início, evidentemente o bote principalmente é a conta dos vencidos ou finalmente é conta e penso que temos negociado com todas as associações independentemente de serem de carácter de foro cultural, associativo e desportivo todas tem tido aquilo que no mínimo necessitam para



o desenvolvimento da sua atividade. Veja-se que ainda nenhuma das associações que existe no nosso concelho, e é um concelho relativamente pequeno em área geográfica, mas bastante grande em número de associações e transversal nas suas características, portanto são associações que nenhuma acabou, mesmo com a crise, quer com a crise económica e financeira de dois mil e oito e dois mil e nove, quer com esta crise agora, sendo uma crise sanitária inicialmente mas neste momento já é também económica, claro que é, social muito e portanto nenhuma terminou. As associações são com certeza o nosso, um dos nossos pontos fortes do nosso concelho e bom trabalho, um belíssimo trabalho que têm feito. Relativamente à questão dos voucher's que o André Lima falou, e que ainda não foram distribuídos, com certeza o prazo vai ter que ser estendido, todos vão ter hipótese de receber o que lhe compete e vou mandar ver quais são as lacunas o que é que se passa aí com os vales por receber. O Carlos Quintino respondeu e muito bem, e dou-lhe os parabéns, à Luna, também já o fiz. Também acho muito bem, falou nas verbas que o município de Albufeira investiu nesta questão da pandemia, mas também nas verbas que são aquelas que não são recebidas por via de não se fazer tantas transações, que é o IMT baixou imenso, evidentemente poder-se-á dizer-se como a Carla Madeira, disse há pouco, que a questão das demoras que está tudo a ser revisto, nunca pode acontecer que uma fotocópia dure três semanas, nem pouco mais ou menos isso vai ter que acontecer uma coisa quase imediata, não pode ser três semanas, portanto, para que possa eventualmente também daí aumentar aquilo que se possa receber em termos de IMT, também é verdade, mas a grande maioria da quebra de IMT deve-se ao desacreditar e à desconfiança que os investidores têm, nesta fase de não poderem viajar, não podiam comprar, não compravam, não viajavam logo não compravam, portanto, evidentemente que houve aqui uma grande paragem nesse campo e daí que os tais vinte e dois, vinte e três milhões de euros em que já há menos no erário público municipal, na possibilidade de investimento, evidentemente têm que se refletir, vinte e dois, vinte e três milhões de euros dava para requalificar duas, três ou quatro artérias deste concelho, e bem, portanto acho que é muito importante. A Helena Simões também falou e muito bem, sobre a questão dos sem-abrigo, acho que sim. O Leonardo Paço, falou aqui no email do Senhor Artur Saraiva de seis do oito, vou ver o que é que e passa com isso, pois dir-se-à qualquer coisa. Relativamente ao Domingos Coelho falou da questão do orçamento, pois evidentemente será feito o orçamento possível, o orçamento que já tem muitos, é importante notar, que há muitas



obras em andamento, nós temos o lar nos Olhos de Água que está em andamento, com certeza que há verba que já está cativa em dois mil e vinte e dois, nós temos quarenta fogos em Paderne, uma parte da verba da verba está cativa para dois mil e vinte e dois, nós temos tudo o resto, o pagamento às Águas do Algarve, o pagamento da água potável, e da água de tratamento de saneamento, chamado esgotos, também é pago às Águas do Algarve, temos também o pagamento da Algar, onde se deposita todos os resíduos não reciclados e é pago, claro que é pago, à tonelada, temos esses grandes, temos a EDP, temos esses grandes sorvedores de dinheiro que esses estão obrigados, para além dos vencimentos do pessoal. Depois a Luna também falou aqui da questão do emprego, evidentemente não há assim tanto desemprego em Albufeira, aliás Albufeira, eu até costumo dizer os números de Albufeira não são os corretos, Albufeira têm postos de trabalho que daria para ocupar os residentes todos de Albufeira, senão vejamos, quantas pessoas trabalham aqui em Albufeira que não moram no concelho de Albufeira, era importante ver-se isso, também essa estatística, nunca foi feita mas poderia um dia ser feita. Relativamente às piscinas municipais, portanto, elas terão que ser relativamente reorganizadas, o seu funcionamento terá que ser trabalhado. O senhor Vice-presidente está atento a esta situação e junto com a divisão de desporto será, de com certeza apostar naquele belíssimo investimento que está ali e que poderá dar, e dá e tem dado, só que realmente, não pode haver estas situações. Relativamente a esta falta de resposta, também terá de ser dada resposta ao agrupamento escolar que dela carece. Já agora quero agradecer a toda a gente que me manifestou as melhoras, isto a situação não está muito dramática, está razoável, está bastante boa, não tenho sintomas, o tempo de "gaiola" está quase a acabar portanto dentro de pouco tempo estarei na rua. Muito obrigado".-----

Vice-Presidente: "Queria responder ao Senhor Presidente da Câmara, que tenho o pelouro do desporto e dizer que as piscinas municipais são um equipamento que é muito querido para a CMA, para este executivo, até que foi o executivo do PSD que edificou aquelas instalações, relativamente às piscinas municipais, para dizer que já em Janeiro, tenho uma boa notícia para dar aos nossos munícipes, que as piscinas municipais vão ter um horário novo, vão abrir às oito da manhã, portanto, abrindo ainda o leque e dizer que a divisão do desporto e a política desportiva é na realidade um pilar essencial deste executivo e portanto cá estaremos todos mais uma vez para o defender." -----



Não havendo mais intervenções por parte dos membros nem LEITURA RESUMIDA DA CORRESPONDÊNCIA, o Presidente da Assembleia deu início à Ordem do Dia. -----

ORDEM DO DIA

PONTO UM

Apreciação da informação escrita do Senhor Presidente da Câmara Municipal, nos termos da alínea c) do n.º 2 do Art. 25º da Lei n.º 75/2013, de 12 de Setembro; -----

O Presidente da Assembleia apresentou o ponto e deu a palavra aos membros da Assembleia. -----

Tomaram o uso da palavra os membros: -----

Inês Mendonça: "Boa noite a todos, gostaria de começar por felicitar todos os deputados eleitos nesta Assembleia Municipal, porque não o fiz na última reunião e desejar a todos vós um bom trabalho. Relativamente ao ponto número um da ordem de trabalhos, acerca da atividade municipal e no que diz respeito em concreto aos apoios que são concedidos ao associativismo, que foram aqui amplamente falados, de facto entendemos a relevância dos mesmos na prestação e na continuação da cedência desses apoios e dessas participações financeiras às associações, porque entendemos que de facto é inegável o contributo que as associações dão para o desenvolvimento do município e para a persecução do interesse público. No entanto, tão importante quanto é dar esses apoios, sobretudo numa época de pandemia, todos sabemos as dificuldades que tem causado e as associações não são exceção, é também importante a existência de um regulamento que defina critérios para conceder esses apoios. Um regulamento que defina procedimentos, que defina regras aplicáveis aos vários tipos de apoio, que também defina direitos e obrigações das partes e acima de tudo, um regulamento que controle a forma como esses apoios são concedidos e a forma como esses apoios são usados pelas associações, ou seja, os apoios são concedidos às associações, para determinada finalidade, é importante também averiguar, acompanhar, se os apoios são usados para as finalidades para as quais são solicitados e para as quais são concedidos. Temos conhecimento que existe um regulamento e que já foi submetido a apreciação pública, no entanto, o mesmo ainda não foi efetivamente aprovado, portanto é como se costuma dizer esse regulamento está na gaveta. O apelo ou o contributo que aqui faço, é essa a nossa função enquanto deputados, dar contributos, o contributo que aqui dou é que esse regulamento que já existe seja efetivamente aprovado, seja colocado em vigor, para que haja um maior



controle da forma como os dinheiros públicos são usados. Como o senhor Presidente referiu nesta Assembleia, é preciso haver uma gestão rigorosa dos dinheiros públicos e isso passa também por acompanhar a forma como esses dinheiros são concedidos às associações e são usados. O que apelo é que esse regulamento que já existe veja finalmente a luz do dia." -----

Domingos Coelho: "Relativamente a este ponto, só para precisar, o senhor Presidente diz no seu relatório que há um saldo de trinta e nove milhões duzentos e trinta e seis mil euros, a minha questão é, esse valor é totalmente transitável para o próximo orçamento? E se é totalmente mobilizável, ou se está cativo algum deste valor, para outras situações?" -----

Carlos Quintino: "Em relação a este ponto, e concretamente à questão do regulamento para as associações, embora fuja um pouco do âmbito daquilo que é a informação do Presidente e dos Vereadores, a informação que a bancada do PSD tem é que efetivamente ele está para breve, no sentido de poder regular a atribuição destes subsídios." -----

Presidente da Câmara: "Para dizer ao senhor Carlos Quintino, que o que diz o ponto um é a informação escrita do Presidente à Assembleia Municipal, é uma questão de lei, todas as Assembleias Ordinárias têm este ponto e há esta informação que é elaborada nos vários serviços, é como um somatório de vários contributos dos vários pelouros que depois plasmarão aqui na Assembleia. Relativamente à questão do regulamento, existe um regulamento, principalmente para os clubes desportivos, que tem sido utilizado ao longo dos anos, só que com os anos que tem já está desatualizado. Daí que, na área do desporto, o senhor Vice-Presidente está a trabalhar fortemente nesse regulamento, para que dentro de pouco tempo passe a ser utilizado. Evidentemente que as verbas utilizadas têm de ser fiscalizadas, não apenas as do associativismo, como a outras entidades quaisquer. Quando se dá verbas tem que haver contributos, tal e qual como as Câmaras Municipais quando concorrem aos Fundos Europeus, nas suas obras têm de ter o dossier económico-financeiro devidamente atualizado, quando há uma inspeção para mostrar que a obra que foi feita corresponde àquilo que foi faturado e foi recebido. Tudo isto tem que ser rigoroso, não só os privados como os públicos. Obviamente que isso está a ser feito. Relativamente ao deputado Domingos Coelho, a questão dos trinta e nove milhões, à volta disso, pode ser menos ou mais, conforme aquilo que se conseguir fazer pagamentos ainda este ano económico, porque isto vai



sempre alterando, é um pouco flexível, um pouco dinâmico. Algum desse saldo já está descrito em obras que já disse há pouco. Algum está mais ou menos livre, se bem que está em investimentos não definidos, que na altura, depois na utilização do saldo de gerência, que agora pode ser já a partir de dia um de janeiro, quando antigamente era apenas a partir do momento em que as contas eram aprovadas. E se bem se lembram, as contas eram aprovadas pela Assembleia Municipal apenas em abril, só no fim de abril é que podíamos usar aquele saldo que vinha transitado do ano anterior. De há um ano e tal para cá já podemos usar o saldo a partir de um de janeiro, logo com orçamento aprovado, o que é ótimo." -----

Leonardo Paço: "Depois de afirmado pelo Presidente da Câmara que o regulamento do desporto está parado ou em fase de desenvolvimento, eu propunha que fosse feita uma comissão aqui na Assembleia para que desse andamento a esse mesmo documento." ----

Presidente da Assembleia: "É uma proposta que o senhor deputado fará entrar e numa próxima reunião aprovaríamos uma comissão nesse sentido." -----

Raul Ferreira: "Boa noite a todos, tenho uma questão a colocar ao senhor Presidente, relativamente ao saldo que falou que existe, se nesse saldo estão incluídos também verbas de cauções relativas a loteamentos e a outras garantias que os particulares prestam ao município por incumprimento de obrigações. Se é um saldo efetivamente que o município pode utilizar, ou se existe alguma quantia nesse saldo que não pode ser utilizado, em virtude de serem cauções? Se está incluído, qual é o montante dessas cauções?" -----

Presidente da Câmara: "Relativamente à questão do Leonardo Paço fica a resposta com o senhor Presidente da Assembleia. Relativamente ao deputado Raul Ferreira, existe realmente uma verba, que não esta, é aquela que está cativa na Câmara, mas não é da Câmara, são as garantias. Não é da Câmara nem pode ser usada, neste momento não lhe consigo dizer qual é o valor, mas amanhã posso enviar por email o valor." -----

Não havendo mais intervenções por parte dos membros da Assembleia, o Presidente da Assembleia passou ao ponto seguinte. -----

PONTO DOIS

Eleição de nove cidadãos de reconhecida idoneidade, a designar pela Assembleia Municipal a integrar o Conselho Municipal de Segurança; -----

O Presidente da Assembleia apresentou o ponto e deu a palavra aos membros da Assembleia. -----



Tomaram o uso da palavra os membros: -----

Domingos Coelho: "Às vezes ainda é possível encontrar consenso e apesar da nossa diversidade, dizer que os diferentes grupos conseguiram esse consenso para a comissão de segurança e respeitou-se a representatividade que aqui temos. Gostaria de dar uma palavra em especial à compreensão por parte do MIPA em toda esta concertação que houve para chegarmos a este consenso." -----

Carlos Quintino: "A minha intervenção vai no sentido que este consenso que se conseguiu para este conselho municipal de segurança, que é de extrema importância nos concelhos municipais com extrema importância no município de Albufeira se possa alargar a outras áreas, esse é o meu apelo. Quando o homem quer o homem consegue." -----

Presidente da Assembleia: "Passaria a ler a lista com os nove nomes." (Doc. n.º7 anexo a esta ata) -----

Não havendo mais intervenções por parte dos membros da Assembleia, o Presidente da Assembleia colocou o ponto a votação.-----

VOTAÇÃO:-----

Votos contra: zero (00) -----

Abstenções: zero (00) -----

Votos a favor: vinte e cinco (25), Adriano Ferrão, Francisco Oliveira, Raul Ferreira, Carlos Quintino, Inês Mendonça, Mónica Coimbra, Helena Simões, Domingos Coelho, Carlos Vieira, Dário Pereira, Luna Silva, Leonardo Paço, Luis Afonso, Sílvia Silva, Carla Vieira, Margarida Guilherme, Cláudia Raimundo, André Lima, Carlos Gabriel, Carlos Mendes, Carla Madeira, Presidente da Junta de Freguesia de Albufeira e Olhos de Água, Presidente da Junta de Freguesia de Ferreiras, Presidente da Junta de Freguesia da Guia e Secretária da Junta de Freguesia de Paderne.-----

A proposta foi aprovada por unanimidade. -----

Foram eleitos os cidadãos: António Rosado (PS), Ana Almeida (PS), João Helder (PS), Carlos Quintino (PSD/CDS), Luís Afonso (PSD/CDS), Paulo Severino (PSD/CDS), Vítor Calado (MIPA), Carla Vieira (AP) e Nuno Cabrita (CHEGA). -----

PONTO TRÊS

Eleição de um Presidente de Junta de Freguesia, em representação de todas as freguesias deste Município, para integrar no Conselho Municipal de Educação; -----

O Presidente da Assembleia apresentou o ponto e deu a palavra aos membros da Assembleia. -----

Tomaram o uso da palavra os membros: -----



Presidente da Assembleia: "Temos duas propostas que vou ler. (Doc. n.º 8 e 9 anexo a esta ata) -----

Foram apresentadas duas listas: -----

LISTA A - Proposta do PS - no sentido de eleger o Presidente da Junta de Freguesia de Guia: Dinis Nascimento. -----

LISTA B - Proposta do PSD/CDS - no sentido de eleger a Presidente da Junta de Freguesia de Albufeira e Olhos de Água: Indaleta Cabrita. -----

Passou-se de seguida à votação, por escrutínio secreto, tendo-se verificado o resultado de: LISTA A: onze (11) votos favoráveis, LISTA B: catorze (14) votos favoráveis. -----

Foi aprovada por maioria a LISTA B, apresentada pela bancada do PSD/CDS. -----

Foi eleita a Presidente da Junta de Freguesia de Albufeira e Olhos de Água - Indaleta Cabrita para integrar no Conselho Municipal de Educação; -----

PONTO QUATRO

Eleição de um Presidente de Junta de Freguesia, em representação de todas as freguesias deste Município, para a integrar na Comissão Municipal de Proteção Civil; --

O Presidente da Assembleia apresentou o ponto e deu a palavra aos membros da Assembleia. -----

Foram apresentadas duas propostas. (Doc. n.º 10 e 11 anexo a esta ata)-----

Proposta do PS - LISTA A no sentido de eleger o Presidente da Junta de Freguesia de Ferreiras: Jorge Carmo -----

Proposta do PSD/CDS - LISTA B no sentido de eleger a Presidente da Junta de Freguesia de Albufeira e Olhos de Água: Indaleta Cabrita. -----

Passou-se de seguida à votação, por escrutínio secreto, tendo-se verificado o resultado de: LISTA A: doze (12) votos favoráveis, LISTA B: nove (09) votos favoráveis, Abstenções: quatro (04). -----

Foi aprovada por maioria a LISTA A, apresentada pela bancada do PS. -----

Foi eleito o Presidente da Junta de Freguesia de Ferreiras - Jorge do Carmo para integrar na Comissão Municipal de Proteção Civil;-----

PONTO CINCO

Eleição de até dois representantes das Juntas de Freguesias do Concelho a integrar na Comissão Municipal de Gestão Integrada de Fogos Rurais; -----

O Presidente da Assembleia apresentou o ponto e deu a palavra aos membros da Assembleia. -----



Foram apresentadas duas propostas (Doc. n.º 12 e 13) -----
Proposta do PS - LISTA A no sentido de eleger o Presidente da Junta de Freguesia de Paderne: João Ruaça e como substituto, a Presidente de Junta de Ferreiras: Jorge do Carmo-----

Proposta do PSD/CDS - LISTA B no sentido de eleger a Presidente da Junta de Freguesia de Albufeira e Olhos de Água: Indaleta Cabrita. -----

Presidente da Assembleia: "Estou só a confirmar no decreto-lei, para saber se esta questão da eleição será por método D'Hont ou só por lista. Vou ver se a lei diz alguma coisa porque o documento que nos chegou da Câmara Municipal não faz qualquer referência. De facto, a lei não faz qualquer distinção e não fazendo distinção é efetivamente pela lista mais votada, é a ideia que tenho, porque na anterior Assembleia nós tivemos uma eleição com expressa referência de que o método D'Hont, neste caso como não há qualquer referência é efetivamente por lista mais votada." ----

Carlos Quintino: "Tudo tem a sua importância e como tal esta comissão municipal também tem a sua importância. A bancada do PSD não tinha a informação de que seria por lista, não está explícito na ordem de trabalhos e não foi feita essa informação à Assembleia. Portanto, sugeríamos a repetição da votação. Não me vai levar a mal mas temos de conhecer as regras antes de fazermos." -----

Helena Simões: "Gostaria de pedir um esclarecimento, o Presidente teve o cuidado de dizer representantes das Juntas de Freguesia do concelho, e eu pergunto, o representante é um conceito amplo ou restrito? Tem de fazer parte do executivo da Junta de Freguesia ou pode ser um deputado da Assembleia de Freguesia? Ou pode ser uma pessoa indicada pela Junta de Freguesia?" -----

Presidente da Assembleia: "O meu entendimento é que é alguém que pertença à Junta de Freguesia, que seja o representante da Junta de Freguesia, não é um terceiro indicado pela Junta de Freguesia, que é diferente. É alguém que representa a Junta de Freguesia, portanto teria de ser um elemento da Junta de Freguesia, não necessariamente o Presidente." -----

Passou-se de seguida à votação, por escrutínio secreto, tendo-se verificado o resultado de: LISTA A: catorze (14) votos favoráveis, LISTA B: nove (09) votos favoráveis, votos em branco: dois (02). -----

Foi aprovada por maioria a LISTA A, apresentada pela bancada do PS. -----

Foi eleito o Presidente da Junta de Freguesia de Paderne - João Ruaça e Presidente da Junta de Freguesia de Ferreiras - Jorge do Carmo, para integrar na Comissão Municipal de Gestão Integrada de Fogos Rurais; -----



Carlos Quintino: "Com o devido respeito, aquilo que eu mencionei foi que a bancada do PSD não conhecia qual seria o método de votação antes de votar e com esse argumento, requeri antes da contagem a repetição da votação." -----

Presidente da Assembleia: "Senhor Deputado, deixe-me dizer-lhe que o desconhecimento da lei não aproveita, portanto se o senhor não tinha conhecimento deveria ter tido. O desconhecimento da lei não aproveita e o que é facto é que deveria saber exatamente como fazer, portanto, não posso fazer repetição de uma votação porque o senhor alega que desconhecia a forma de votação." -----

Carlos Quintino: "Espero que o Senhor Presidente tenha o mesmo peso e a mesma medida em decisões futuras." -----

Presidente da Assembleia: "Certamente senhor Deputado." -----

Leonardo Paço: "Quero esclarecer o deputado Carlos Quintino que antes da votação, aquando da entrega da lista foi esclarecido que tinham de ser dois elementos e não um. E avançaram com a lista de um porque assim quiseram." -----

Presidente da Assembleia: "Já ultrapassamos as três horas, portanto a Assembleia tem de tomar uma deliberação, ou nos mantemos com o resto dos pontos, que também não são muitos, porque a partir de agora são pontos relativamente fáceis de deliberar, ou então temos de marcar uma nova data para a continuação desta reunião e discutir os restantes pontos nessa reunião." -----

Foi colocado a votação a continuação dos trabalhos que foi aprovada por unanimidade.

Carlos Quintino: "Só para deixar claro que eu evoquei claramente foi o desconhecimento por parte da bancada do PSD e notei também que do Senhor Presidente e, por isso buscou na lei e manda o bom senso, aliás como já se fez nesta casa, numa outra sessão que se repita a votação. Aquilo que reconheci foi, não tínhamos conhecimento, apelei ao bom senso, o Senhor Presidente decidirá, naturalmente, mas com a nota de que já foi em outra sessão feita de forma diferente." -----

Presidente da Assembleia: "Permita-me discordar, mas não foi feita nova votação, permitiu-se que a lista integrasse um suplente, foi uma coisa diferente, não foi feita nova votação, foi uma situação completamente distinta. Neste caso concreto o que acontece é que a votação está feita e o que se permitiu naquela altura foi integração de um suplente. Aliás, o senhor deputado tinha proposto fazer uma nova votação, eu propus que se integrasse o suplente e foi essa a proposta que vingou e foi essa a proposta aprovada, o MIPA, neste caso concreto indicou o suplente que não tinha indicado na altura." -----

Carlos Quintino: "Então se é assim e sendo a Assembleia soberana coloque à consideração da Assembleia o procedimento a tomar, da mesma forma que fez, que era a isso que eu me referia da última vez que houve esse impasse. Era a isso que eu me referia, coloque à consideração da Assembleia como se fez da última vez." -----



Presidente da Assembleia: "O que o senhor deputado propôs pela primeira vez foi repetir a votação, que é diferente de colocar à Assembleia esta questão. É uma coisa completamente diferente. Agora, a proposta que o senhor deputado coloca é, vamos fazer uma nova votação, ou neste caso concreto mantém-se a votação que já se fez. Vamos votar em alternativa, quem vota a favor de uma ou de outra." -----

VOTAÇÃO A FAVOR DE UMA NOVA VOTAÇÃO: doze (12) Adriano Ferrão, Raul Ferreira, Carlos Quintino, Helena Simões, Carlos Vieira, Dário Pereira, Luis Afonso, Margarida Guilherme, Cláudia Raimundo, Carlos Gabriel, Carlos Mendes, Presidente da Junta de freguesia de Albufeira e Olhos de Água. -----

VOTAÇÃO CONTRA NOVA VOTAÇÃO: treze (13) Francisco Oliveira, Inês Mendonça, Mónica Coimbra, Domingos Coelho, Luna Silva, Leonardo Paço, Sílvia Dias, Carla Vieira, André Lima, Carla Madeira, Presidente da Junta de Freguesia de Ferreiras, Presidente da Junta de Freguesia da Guia e Secretário da Junta de Freguesia de Paderne.-----

PONTO SEIS

Apreciação e deliberação, sob proposta da Câmara Municipal, da Transferência para o ano 2022 dos saldos dos compromissos existentes à data de 31 de dezembro de 2021; O Presidente da Assembleia apresentou o ponto e deu a palavra aos membros da Assembleia. -----

Tomaram o uso da palavra os membros: -----

Carla Vieira: "Relativamente a este ponto, não sendo entendida em questões financeiras, e não tendo sentido de voto votar contra a aprovação deste ponto, entendemos que o valor dos trinta e quatro milhões duzentos e cinquenta e cinco mil quatrocentos e vinte e três, correspondente ao saldo de gerência esperado e que transitará para o ano dois mil e vinte e dois, não será efetivamente suficiente para assumir o pagamento dos compromissos que ainda não foram liquidados no ano de dois mil e vinte e um, no valor de trinta e seis milhões trezentos e vinte e sete novecentos e noventa e um ponto noventa e três. Quanto mais dará para financiar as GOP de dois mil e vinte e dois que não têm financiamento definido, o que nos leva a crer que provavelmente existirá um desequilíbrio e défice orçamental, quer a nível estrutural, quer a nível financeiro e que irá naturalmente aumentar o valor da dívida. É esta a nossa apreciação relativamente a esta questão que está no ponto número seis." -----

Presidente da Câmara: "Esta situação é bastante clara, aquilo que se pretende que passe para o ano de dois mil e vinte e dois são os compromissos que estão assumidos em dois mil e vinte e um e que não são totalmente pagos para dois mil e vinte e dois. Por exemplo, o Lar dos Olhos de Água, está em fase de construção, o compromisso



está assumido na sua totalidade, no entanto o pagamento não é todo aquele que se paga, há uma parte que é transitada para dois mil e vinte e dois. Evidentemente que em dois mil e vinte e dois, nesse período de tempo que se irá acabar de pagar aquela obra ou outra qualquer, outra prestação de serviços, evidentemente que haverá entradas de outros dinheiros. A fatura da água está sempre a entrar, o IMT e várias verbas, dos fundos europeus. Uma coisa não tem diretamente a ver ao cêntimo com a outra. Não vejo aí problemática de maior, não é por aí que vai aumentar a dívida.” -----

Não havendo mais intervenções por parte dos membros da Assembleia, o Presidente da Assembleia colocou o ponto a votação.-----

VOTAÇÃO:-----

Votos contra: zero (00) -----

Abstenções: sete (07) Raul Ferreira, Mónica Coimbra, Carlos Vieira, Leonardo Paço, Carla Vieira, Margarida Guilherme, Carlos Mendes. -----

Votos a favor: dezoito (18) Adriano Ferrão, Francisco Oliveira, Carlos Quintino, Inês Mendonça, Helena Simões, Domingos Coelho, Dário Pereira, Luna Silva, Luis Afonso, Sílvia Silva, Cláudia Raimundo, André Lima, Carlos Gabriel, Carla Madeira, Presidente da Junta de Freguesia de Albufeira e Olhos de Água, Presidente da Junta de Freguesia de Ferreiras, Presidente da Junta de Freguesia da Guia e Secretária da Junta de Freguesia de Paderne.-----

A proposta foi aprovada por maioria.-----

PONTO SETE

Apreciação e deliberação, sob proposta da Câmara Municipal, da 4ª Revisão - Alteração Modificativa das Grandes Opções do Plano 2021-2025; -----

O Presidente da Assembleia apresentou o ponto e deu a palavra aos membros da Assembleia. -----

O ponto foi retirado da ordem do dia. -----

PONTO OITO

Apreciação e deliberação, sob proposta da Câmara Municipal, da 4ª Revisão - Alteração Modificativa do Orçamento e Plano Orçamental Plurianual 2021-2025, incluindo 5ª alteração ao Mapa de Pessoal e 5ª alteração ao Plano de Recrutamento para 2021; -----

O ponto foi retirado da ordem do dia. -----

PONTO NOVE

Apreciação e deliberação, sob proposta da Câmara Municipal, da Proposta de Isenção do Pagamento de Taxas de Ocupação da Via Pública para os estabelecimentos



comerciais e de restauração ou bebidas, para os meses de Dezembro de 2021 e Janeiro e Fevereiro de 2022; -----

O Presidente da Assembleia apresentou o ponto e deu a palavra aos membros da Assembleia. -----

Tomaram o uso da palavra os membros: -----

Raul Ferreira: "Na nossa bancada compreendemos a necessidade face às condições atuais, desta isenção, não colocamos isso em dúvida, no entanto consideramos que a mesma proposta peca por defeito. Isto quer dizer que a altura do inverno é longa e não se resume apenas a estes meses. Entendemos que deveria ser incluído na proposta o mês de março, de forma a beneficiar todos os agentes económicos que vão usufruir desta medida." -----

Carlos Quintino: "Para realçar aquilo que é mais um esforço financeiro por parte do município, no sentido de apoiar os comerciantes de Albufeira concedendo esta isenção que é absolutamente justa. E para dizer que a bancada do PSD está aberta a poder futuramente, sendo essa proposta da Câmara viabilizar o prolongamento deste período." -----

Carlos Vieira: "A bancada do MIPA acrescentaria que fosse encontrada uma solução em termos de estacionamento, para que os cidadãos de Albufeira pudessem ter um acesso mais fácil ao centro da cidade. Os custos do parque, neste momento são muito elevados, para incentivar as pessoas a irem lá baixo, além dessa isenção propunha também que existisse aqui um acordo com as empresas que exploram os parques, para de alguma forma isentar ou pelo menos diminuir esse valor." -----

Presidente da Assembleia: "Mas sendo assim trata-se de uma proposta que não está propriamente concebida na sua totalidade, ou seja, a proposta inicial que o deputado Raul Ferreira fez tem alguma lógica e pode ser colocada em alternativa, ou seja a proposta do MIPA de acrescentar mais um mês é uma alternativa à proposta que o executivo enviou. O acrescento que foi feito tem aqui alguma dificuldade em ser deferido, porque na verdade não tem qualquer tipo de contabilização. É só uma proposta no sentido de recomendação. A pergunta que faço é de querendo manter esta proposta na totalidade, teriam de a propor para uma nova Assembleia, querendo manter a proposta inicial que o deputado Raul Ferreira fez, avançávamos com a proposta em alternativa. O que não quer dizer que depois não venha uma proposta no sentido de estacionamento e estacionamento ser reduzido." -----



Presidente da Câmara: "Independentemente desta proposta ser apenas janeiro e fevereiro, isto é, à semelhança dos anos anteriores, todos os outros anos tem acontecido. No ano anterior de dois mil e vinte, com a questão da pandemia, houve mais meses que foram isentados, o que aqui está em causa é que janeiro e fevereiro fica garantido, com esta proposta ficam isentos do pagamento de ocupação da via pública, tal e qual como se fazia nos anos anteriores à pandemia. Posteriormente se se verificar, tal e qual como se fez no ano passado, que continua a haver dificuldades e a situação continua a ser da mesma forma, gravosa como está a ser agora, com certeza que a Câmara Municipal estará aberta a prolongar. Penso que isso não é um papel que compete à Assembleia, compete é à Câmara Municipal, propor à Assembleia Municipal. A Assembleia Municipal pode sempre dar uma recomendação, uma sugestão, tal e qual como essa do estacionamento, que sempre que possível não vejo razão para que não possa vir a acontecer uma proposta da Câmara para ser presente em Assembleia Municipal. Sendo possível, porque temos de negociar com a empresa, porque a empresa a quem foi sucedido o parque de estacionamento, todos sabemos qual foi a forma e a razão porquê que foi cedido. O que eu iria propor era que se mantivesse esta proposta e quando chegasse a altura de aprovar um possível prolongamento para os meses de março e, só queríamos que isso não fosse necessário o mês de abril, estaríamos com certeza abertos a fazer isso. Tal e qual como nos outros anos aconteceu, ainda o ano passado aconteceu isso." -----

Presidente da Assembleia: "Deputado Raul Ferreira, perante esta proposta do Senhor Presidente mantém a sua proposta? Ou eventualmente aguarda e fica só com a proposta inicial. Já agora, queria esclarecer o Senhor Presidente que esta deliberação pode ser alterada pela Assembleia Municipal, é uma das deliberações que pode ser alterada nos termos da lei n.º 75/2013 de 12 de Setembro. O orçamento e outras duas ou três não podem efetivamente ser alteradas, mas esta, tal e qual como o IMI e Derramas podem ser alteradas por proposta da Assembleia Municipal." -----

Raul Ferreira: "Eu penso que tem enquadramento legal a proposta que fiz, portanto requeremos que esta Assembleia vote a proposta no sentido de aumentar os meses de isenção, neste caso, o mês de março." -----

Presidente da Assembleia: "Sim, tem enquadramento legal, a única questão que lhe coloquei era se, perante a informação dada pelo Senhor Presidente da Câmara se mantinha ou se retirava. Uma vez que mantém, vamos votar em alternativa a proposta.



Há uma proposta A, da Câmara Municipal que isenta os meses de dezembro, janeiro e fevereiro e uma proposta B, em alternativa, vinda do MIPA, no sentido de acrescentar março de dois mil e vinte e dois." -----

Helena Simões: "Aqui a questão é tão simples como isto, nós entendemos o argumento e o argumento do MIPA é válido, parece-nos que faça sentido incluir, não nos parece que seja contraditório. Daí não entendermos o porquê de votar em alternância. E nós sentimo-nos constrangidos de não poder incluir mais essa benesse para as pessoas, quando se fosse aceite colocarmos aqui a votação a inclusão do ponto, porque ele não é contraditório, ele complementa-se." -----

Presidente da Assembleia: "O Senhor Presidente quando foi contactado e se pronunciou deu a indicação que a proposta que vinha da Câmara Municipal se mantinha neste sentido e que, caso houvesse necessidade, em janeiro ou em fevereiro, caso se verificasse a situação de necessidade iria acrescentar e passaria por esta Assembleia, por proposta da Câmara Municipal, a acrescentar mais meses. Portanto, ficamos com duas propostas, uma delas foi remetida por parte do Senhor Presidente, que é a proposta que vem da Câmara Municipal e uma segunda proposta pelo MIPA." -----

Helena Simões: "Posso concluir? Já que me interrompeu e não me deixou concluir, contraditório era o MIPA chegar aqui e dizer que "a nossa proposta é não contemplar nada", aquilo que eles pediram foi um incremento, por isso não me parece que seja contraditório. No entanto, a Assembleia é soberana, só acho é que às vezes a Mesa ou a Presidência estar a decidir isso unilateralmente quando estamos aqui todos, nos esvazia um bocadinho de decisão e de poder. Mas a democracia assim impera." -----

Presidente da Assembleia: "Senhora deputada, não percebi, fico com a ideia que se os senhores quisessem incluir a proposta que o MIPA fez teriam votado favoravelmente." -----

Helena Simões: "Não, porque iríamos estar a votar contra a proposta do executivo, o problema é esse." -----

Presidente da Assembleia: "A senhora deputada quer que façamos duas votações, primeira votação que é incluir a proposta do MIPA na proposta do executivo. Mas a proposta foi feita pelo executivo que manteve a proposta inicial. Dei a palavra ao Senhor Presidente para que ele se pronunciasse, manteve a posição inicial, portanto, temos uma proposta que vem do executivo, que é esta e temos uma segunda proposta do MIPA, parece-me que é claro." -----



Raul Ferreira: "Parece-me que a questão é muito clara, existem duas propostas, não são iguais, têm conteúdos diferentes, portanto cabe à Assembleia votar as duas. As duas são contraditórias, uma fala nos meses de dezembro, janeiro e fevereiro, e outra acrescenta um mês. São propostas diferentes, não vejo a lógica de estar a fazer duas votações, quando uma prejudica a outra." -----

Presidente da Assembleia: "Essa também é a minha perspetiva, o que referi há pouco é se eventualmente a bancada do PSD/CDS pretendesse votar o acrescento de março teria votado favoravelmente a segunda proposta, é esta a questão. Agora, vamos votar uma proposta para ser incluída, para depois votarmos a seguir. O plenário é soberano, estamos aqui de votações em votações, duas votações cada vez que se quer votar um ponto." -----

Adriano Ferrão: "Isto parece-me quase um não assunto, ao fim de contas estamos aqui com um mês de diferença. É usual, há anos e anos, que me lembro nesta casa, que acontecem este tipo de coisas. Quando acontece uma altura de crise têm-se sempre ajudado os comerciantes da nossa terra e temos feito o possível para que as pessoas sintam diminuídos os seus efeitos. Normalmente, propõe-se dois, três meses e ao fim desses três meses se é necessário propor mais dois ou três meses volta-se a fazer isto. Isso é o usual, neste momento estamos aqui a discutir se incluímos só mais um mês ou não. O que é estranhíssimo, mas vale o que vale." -----

Presidente da Assembleia: "A questão é muito simples, devemos acabar com a discussão, há duas propostas, eu acredito que no que disse o deputado Adriano Ferrão, que há boa vontade em fazer. Mas nós temos duas propostas concretas em cima da mesa, uma delas diz que é até fevereiro e a outra diz que é até março, é tão simples quanto isto. Neste momento, como temos duas propostas temos de votar ou uma ou outra." -----

Raul Ferreira: "Isto que sempre foi feito assim, que é usual, para mim espanta-me, porque efetivamente se nós fazemos uma coisa mal não quer dizer que voltemos a fazer mal. Portanto, o usual no nosso sistema não vinga de forma alguma. O senhor deputado Adriano Ferrão vem dizer que é usual, para mim é um argumento efetivamente pouco válido ou inexistente." -----

Não havendo mais intervenções por parte dos membros da Assembleia, o Presidente da Assembleia colocou o ponto a votação em alternativa a proposta apresentada pela



Câmara Municipal (proposta A) e a proposta apresentada pela bancada do MIPA (proposta B), o qual mereceu o resultado de:-----

Proposta A: sete (7) votos a favor: Carlos Quintino, Helena Simões, Dário Pereira, Luis Afonso, Cláudia Raimundo, Carlos Gabriel e Junta de Freguesia de Albufeira e Olhos de Água. -----

Proposta B: quinze (15) votos a favor: Francisco Oliveira, Raul Ferreira, Inês Mendonça, Domingos Coelho, Carlos Vieira, Luna Silva, Leonardo Paço, Sílvia Dias, Margarida Guilherme, André Lima, Carlos Mendes, Carla Madeira, Presidente da Junta de Freguesia de Ferreiras, Presidente da Junta de Freguesia da Guia e Secretária da Junta de Freguesia de Paderne. -----

Abstenções: duas (02): Mónica Coimbra e Carla Vieira. -----

Ausências: uma (01): Adriano Ferrão -----

Foi aprovada por maioria a proposta B. -----

Carlos Quintino: "Só para que conste que a bancada do PSD/CDS é absolutamente favorável àquilo que é o prolongamento do período. Não revele essa sua impaciência porque nós também a podemos revelar, cada um tem direito ao seu tempo de se expressar, eu ouvi-o com atenção, ouça-me, se faz favor atenção. Aquilo que aqui foi dito é que estaríamos abertos, da mesma forma que o Senhor Presidente disse, vindo proposto pela Câmara Municipal, que é quem gere este processo, à semelhança dos outros anos. A minha declaração de voto é precisamente nesse sentido, não estamos contra o prolongamento, estamos é a favor que seja proposto pelo executivo, gerindo o município os tempos desta isenção." -----

Presidente da Assembleia: "Senhor Deputado, eu percebo perfeitamente, peço desculpa pelo esgar que fiz, mas a questão é simples, eu expliquei ao Senhor Presidente e fiz referência que esta matéria é uma matéria que pode ser alterada em Assembleia Municipal. Como pode ser alterada e como há uma proposta de alteração, tem de ser votada a proposta de alteração. Eu percebo que o senhor deputado pretenda que isto viesse por parte do executivo, mas se assim fosse o Senhor Presidente tinha retirado a proposta, tinha pedido para retirar o ponto da ordem de trabalhos e eventualmente como vamos fazer uma nova sessão para discussão dos outros pontos, então apresentar a proposta nesse sentido." -----



PONTO DEZ

Apreciação e deliberação, sob proposta da Câmara Municipal, da Taxa Municipal de Direitos de Passagem para o ano 2022 em 0%; -----

O Presidente da Assembleia apresentou o ponto e deu a palavra aos membros da Assembleia. -----

Não havendo intervenções por parte dos membros da Assembleia, o Presidente da Assembleia colocou o ponto a votação.-----

VOTAÇÃO:-----

Votos contra: zero (00) -----

Abstencões: zero (00) -----

Votos a favor: vinte e cinco (25) Adriano Ferrão, Francisco Oliveira, Raul Ferreira, Carlos Quintino, Inês Mendonça, Mónica Coimbra, Helena Simões, Domingos Coelho, Carlos Vieira, Dário Pereira, Luna Silva, Leonardo Paço, Luis Afonso, Sílvia Silva, Carla Vieira, Margarida Guilherme, Cláudia Raimundo, André Lima, Carlos Gabriel, Carlos Mendes, Carla Madeira, Presidente da Junta de Freguesia de Albufeira e Olhos de Água, Presidente da Junta de Freguesia de Ferreiras, Presidente da Junta de Freguesia da Guia e Secretária da Junta de Freguesia de Paderne.

A proposta foi aprovada por unanimidade.-----

PONTO ONZE

Apreciação e deliberação, sob proposta da Câmara Municipal, da determinação da Taxa de lançamento de Derrama para o ano 2022 em 1.5% para sujeitos passivos com um volume de negócios no ano anterior de 150.000,00€ e 0% para os sujeitos passivos com um volume de negócios no ano anterior que não ultrapasse os 150.000,00€; -----

O ponto foi retirado da ordem do dia. -----

PONTO DOZE

Apreciação e deliberação, sob proposta da Câmara Municipal, da determinação da Taxa do Imposto Municipal sobre Imóveis para o ano 2021 em 0.38% para prédios urbanos; -

O ponto foi retirado da ordem do dia. -----

PONTO TREZE

Apreciação e deliberação, sob proposta da Câmara Municipal, da determinação da Taxa de Participação Variável no IRS para o ano 2022 de 0%; -----

O Presidente da Assembleia apresentou o ponto e deu a palavra aos membros da Assembleia. -----

Não havendo intervenções por parte dos membros da Assembleia, o Presidente da Assembleia colocou o ponto a votação.-----

VOTAÇÃO:-----



Votos contra: zero (00) -----

Abstenções: zero (00) -----

Ausências: uma (01) Adriano Ferrão. -----

Votos a favor: vinte e quatro (24) Francisco Oliveira, Raul Ferreira, Carlos Quintino, Inês Mendonça, Mónica Coimbra, Helena Simões, Domingos Coelho, Carlos Vieira, Dário Pereira, Luna Silva, Leonardo Paço, Luis Afonso, Sílvia Silva, Carla Vieira, Margarida Guilherme, Cláudia Raimundo, André Lima, Carlos Gabriel, Carlos Mendes, Carla Madeira, Presidente da Junta de Freguesia de Albufeira e Olhos de Água, Presidente da Junta de Freguesia de Ferreiras, Presidente da Junta de Freguesia da Guia e Secretária da Junta de Freguesia de Paderne.-----

A proposta foi aprovada por unanimidade dos presentes.-----

PONTO CATORZE

Apreciação e deliberação, sob proposta da Câmara Municipal, conforme alínea a) do n.º 1 do artigo 25.º do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de Setembro, das Grandes Opções do Plano 2022-2026; -----

O ponto foi retirado da ordem do dia. -----

PONTO QUINZE

Apreciação e deliberação, sob proposta da Câmara Municipal, conforme as alíneas a) e o) do n.º 1 do artigo 25.º do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de Setembro, do Orçamento e Plano Plurianual 2022-2026, incluindo o Mapa de Pessoal, Plano de Recrutamento e o Quadro Plurianual de Programação Orçamental; -----

O ponto foi retirado da ordem do dia. -----

PONTO DEZASSEIS

Apreciação e deliberação, sob proposta da Câmara Municipal, da Delegação de Competência para Assunção de Compromissos Plurianuais no âmbito da Lei dos Compromissos; -----

O Presidente da Assembleia apresentou o ponto e deu a palavra aos membros da Assembleia. -----

Não havendo intervenções por parte dos membros da Assembleia, o Presidente da Assembleia colocou o ponto a votação.-----

VOTAÇÃO:-----

Votos contra: três (03) Mónica Félix, Luna Silva e Carla Vieira.-----

Abstenções: dez (10) Francisco Oliveira, Inês Mendonça, Domingos Coelho, Leonardo Paço, Sílvia Dias, André Lima, Carla Madeira, Presidente da Junta de Freguesia de Ferreiras, Presidente da Junta de Freguesia da Guia e Secretária da Junta de Freguesia de Paderne. -----



Votos a favor: doze (12) Adriano Ferrão, Raul Ferreira, Carlos Quintino, Helena Simões, Carlos Vieira, Dário Pereira, Luis Afonso, Margarida Guilherme, Cláudia Raimundo, Carlos Gabriel, Carlos Mendes e Presidente da Junta de Freguesia de Albufeira e Olhos de Água. -----

A proposta foi aprovada por maioria.-----

Carla Vieira: "Relativamente ao ponto dezasseis o voto contra foi efectivamente porque temos sérias dúvidas da transparência e rigor da gestão financeira do município e por esse motivo não nos sentimos confortáveis em passar o que se chama um cheque em branco ao executivo para fins não específicos nem previamente definidos, por isso entendemos votar contra a delegação de competências de compromissos plurianuais." -

PONTO DEZASSETE

Apreciação e deliberação, sob proposta da Câmara Municipal, da autorização prévia prevista na alínea c) do n.º 1 do artigo 6.º da Lei n.º 8/2012, de 21 de Fevereiro, referente ao Ajuste Direto para "Prestação de Serviços de Recolha, Transporte de Resíduos Urbanos, Limpeza Urbana, e Serviços Auxiliares no Município de Albufeira (Janeiro e Fevereiro)", com o preço base de 811.500,00€ + IVA; -----
O ponto foi retirado da ordem do dia. -----

PONTO DEZOITO

Apreciação e deliberação, sob proposta da Câmara Municipal, da autorização prévia prevista na alínea c) do n.º 1 do artigo 6.º da Lei n.º 8/2012, de 21 de Fevereiro, referente ao Ajuste Direto para "Prestação de Serviços de Transportes Urbanos de Albufeira - Serviço Giro - Linhas Verde, Azul, Vermelha, Vermelha 2 e Laranja", com o preço base de 1.103.098,50€ + IVA; -----
O Presidente da Assembleia apresentou os pontos e deu a palavra aos membros da Assembleia. -----
O ponto foi retirado da ordem do dia. -----

PONTO DEZANOVE

Apreciação e deliberação, sob proposta da Câmara Municipal, da autorização prévia prevista na alínea c) do n.º 1 do artigo 6.º da Lei n.º 8/2012, de 21 de Fevereiro, referente à Proposta para "Apoio Financeiro à Comunidade Terapêutica "Horta Nova" - Caritas Diocesana de Beja", para custear o internamento de um munícipe de Albufeira;
O ponto foi retirado da ordem do dia. -----

PONTO VINTE

Apreciação e deliberação, sob proposta do Presidente da Câmara Municipal, da autorização prévia prevista na alínea c) do n.º 1 do artigo 6.º da Lei n.º 8/2012, de 21 de Fevereiro, referente ao Concurso Público para "Aquisição de Serviços de



Comunicações Fixas e Móveis de Voz e Dados", com o preço base de 198.000,00€ + IVA; -----

O ponto foi retirado da ordem do dia. -----

PONTO VINTE E UM

Apreciação e deliberação, sob proposta do Presidente da Câmara Municipal, da autorização prévia prevista na alínea c) do n.º 1 do artigo 6.º da Lei n.º 8/2012, de 21 de Fevereiro, referente ao Concurso Público para "Aquisição e Instalação de Um Sistema de Videovigilância", com o preço base de 639.100,00€ + IVA; -----

O ponto foi retirado da ordem do dia. -----

PONTO VINTE E DOIS

Apreciação e deliberação, sob proposta do Presidente da Câmara Municipal, da autorização prévia prevista na alínea c) do n.º 1 do artigo 6.º da Lei n.º 8/2012, de 21 de Fevereiro, referente ao Ajuste Direto para "Prestação de serviços de suporte e manutenção evolutiva da solução eBillinSuite (Faturação Eletrónica) e envio por email de faturas certificadas", com o preço base de 21.225,00€ + IVA; -----

O ponto foi retirado da ordem do dia. -----

PONTO VINTE E TRÊS

Apreciação e deliberação, sob proposta do Presidente da Câmara Municipal, da autorização prévia prevista na alínea c) do n.º 1 do artigo 6.º da Lei n.º 8/2012, de 21 de Fevereiro, referente ao Ajuste Direto para "Locação de contentores afetos à Unidade Covid das instalações ADC Comunitário", com o preço base de 29.102,40€ + IVA; -----

O ponto foi retirado da ordem do dia. -----

PONTO VINTE E QUATRO

Apreciação e deliberação, sob proposta do Presidente da Câmara Municipal, da autorização prévia prevista na alínea c) do n.º 1 do artigo 6.º da Lei n.º 8/2012, de 21 de Fevereiro, referente à Consulta Prévia para "Fornecimento contínuo de óleos lubrificantes, hidráulicos e outros", com o preço base de 21.000,00€ + IVA; -----

O ponto foi retirado da ordem do dia. -----

PONTO VINTE E CINCO

Apreciação e deliberação, sob proposta do Presidente da Câmara Municipal, da autorização prévia prevista na alínea c) do n.º 1 do artigo 6.º da Lei n.º 8/2012, de 21 de Fevereiro, referente à Consulta Prévia para "Empreitada de pintura exterior dos estádios Arsénio Catuna e Nora", com o preço base de 92.104,83€; -----

O ponto foi retirado da ordem do dia. -----



PONTO VINTE E SEIS

Apreciação e deliberação, sob proposta do Presidente da Câmara Municipal, da autorização prévia prevista na alínea c) do n.º 1 do artigo 6.º da Lei n.º 8/2012, de 21 de Fevereiro, referente ao Ajuste Direto para "Empreitada de limpeza e demolição interior de edifício devoluto em Paderne", com o preço base de 29.955,25€ + IVA; ----
O ponto foi retirado da ordem do dia. -----

PONTO VINTE E SETE

Apreciação e deliberação, sob proposta do Presidente da Câmara Municipal, da autorização prévia prevista na alínea c) do n.º 1 do artigo 6.º da Lei n.º 8/2012, de 21 de Fevereiro, referente à Consulta Prévia para "Prestação de serviços de monitorização e manutenção de alarmes de anti-intrusão e roubo, em edifícios do Município de Albufeira", com o preço base de 74.500,00€ + IVA; -----
O ponto foi retirado da ordem do dia. -----

PONTO VINTE E OITO

Apreciação e deliberação, sob proposta do Presidente da Câmara Municipal, da autorização prévia prevista na alínea c) do n.º 1 do artigo 6.º da Lei n.º 8/2012, de 21 de Fevereiro, referente ao Ajuste Direto para "Fornecimento e montagem de portas para a Quinta Pedagógica na Mouraria", com o preço base de 19.998,00€ + IVA; -----
O ponto foi retirado da ordem do dia. -----

PONTO VINTE E NOVE

Apreciação e deliberação, sob proposta do Presidente da Câmara Municipal, da autorização prévia prevista na alínea c) do n.º 1 do artigo 6.º da Lei n.º 8/2012, de 21 de Fevereiro, referente ao Ajuste Direto para "Aquisição de serviços de plataforma eletrónica de contratação pública em regime de Application Service Provider para o ano de 2022", com o preço base de 1.000,00€ + IVA; -----
O ponto foi retirado da ordem do dia. -----

PONTO TRINTA

Apreciação e deliberação, sob proposta do Presidente da Câmara Municipal, da autorização prévia prevista na alínea c) do n.º 1 do artigo 6.º da Lei n.º 8/2012, de 21 de Fevereiro, referente ao Ajuste Direto para "Aquisição de testes rápidos", pelo valor de 19.880,00€; -----
O ponto foi retirado da ordem do dia. -----

PONTO TRINTA E UM

Apreciação e deliberação, sob proposta do Presidente da Câmara Municipal, da autorização prévia prevista na alínea c) do n.º 1 do artigo 6.º da Lei n.º 8/2012, de 21 de Fevereiro, referente ao Concurso Público para "Prestação de serviços de



Manutenção da Instrumentação, Automação e supervisão do Sistema de Telegestão de abastecimento de água e águas residuais do município de Albufeira”, pelo valor de 45.389,52€ + IVA; -----

O ponto foi retirado da ordem do dia. -----

PONTO TRINTA E DOIS

Apreciação e deliberação, sob proposta do Presidente da Câmara Municipal, da autorização prévia prevista na alínea c) do n.º 1 do artigo 6.º da Lei n.º 8/2012, de 21 de Fevereiro, referente ao Ajuste Direto para “Aquisição de serviços de segurança e vigilância para o Centro de Vacinação COVID-19”, com o preço base de 31.293,00€ + IVA; -----

O ponto foi retirado da ordem do dia. -----

PONTO TRINTA E TRÊS

Apreciação e deliberação, sob proposta do Presidente da Câmara Municipal, da autorização prévia prevista na alínea c) do n.º 1 do artigo 6.º da Lei n.º 8/2012, de 21 de Fevereiro, referente ao Concurso Público para “Aquisição de serviços de vigilância e segurança humana, em vários locais, equipamentos e eventos do município de Albufeira”, com o preço base de 1.275.002,00€ + IVA; -----

O ponto foi retirado da ordem do dia. -----

PONTO TRINTA E QUATRO

Apreciação e deliberação, sob proposta do Presidente da Câmara Municipal, da autorização prévia prevista na alínea c) do n.º 1 do artigo 6.º da Lei n.º 8/2012, de 21 de Fevereiro, referente à Consulta Prévia para “Prestação de serviços de avaliação psicológica a aplicar em procedimentos concursais promovidos pelo Município de Albufeira”, com o preço base de 40.000,00€ + IVA; -----

O ponto foi retirado da ordem do dia. -----

PONTO TRINTA E CINCO

Apreciação e deliberação, sob proposta do Presidente da Câmara Municipal, da autorização prévia prevista na alínea c) do n.º 1 do artigo 6.º da Lei n.º 8/2012, de 21 de Fevereiro, referente ao Concurso Publico para “Empreitada de Remoção de Amianto em Edifícios Escolares”, com o preço base de 415.000,00€ + IVA; -----

O ponto foi retirado da ordem do dia. -----

Antes de encerrar a sessão, foram aprovadas, por unanimidade, as minutas das deliberações tomadas na Assembleia.-----

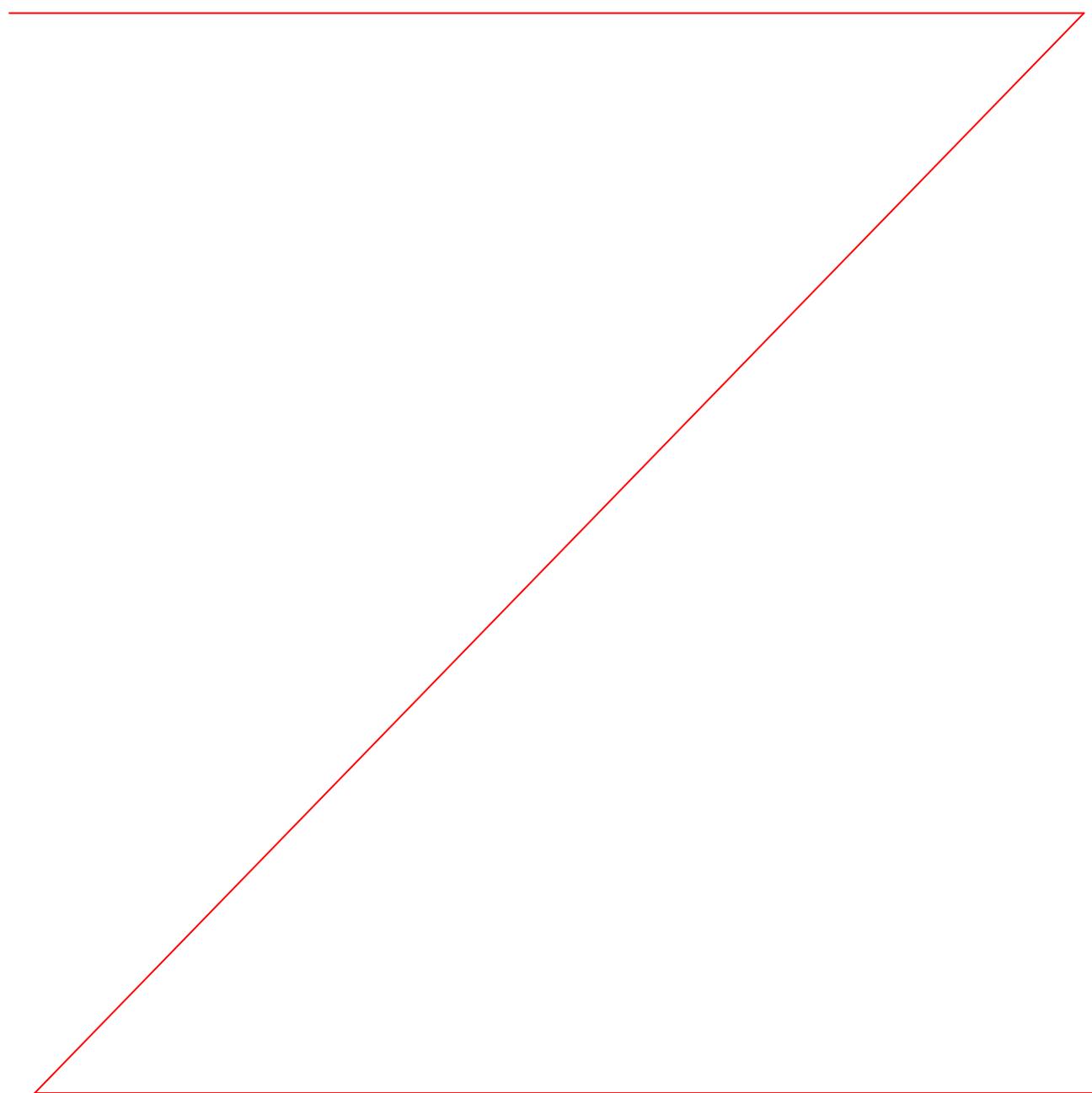
Nada mais havendo a discutir ou a deliberar, o Presidente da Assembleia deu por encerrada a sessão, cerca das 23:20 horas, de que foi lavrada ata que, depois de lida e aprovada, será assinada nos termos da Lei. -----

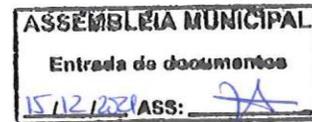
Albufeira, 15 de Dezembro de 2021 -----

O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA _____

A PRIMEIRA SECRETÁRIA _____

O SEGUNDO SECRETÁRIO _____





Exmo. senhor Presidente da
Assembleia Municipal de Albufeira
8200 Albufeira

N/ Refª: S-CMA/2021/18261

Data: 15 de dezembro de 2021

ASSUNTO: Pedido de retirada e suspensão da apreciação de pontos da sessão ordinária de 15-12-2021

Na sequência do meu despacho, datado de 15-12-2021, para ratificação na próxima reunião da Câmara Municipal, dando conta da necessidade de se reformularem as propostas concernentes às taxas da Derrama e do IMI – Imposto Municipal sobre Imóveis e, conseqüentemente, o Orçamento e Plano Orçamental Plurianual do Município, incluindo Mapa de Pessoal, Plano de Recrutamento e o Quadro Plurianual de Programação Orçamental e as Grandes Opções do Plano 2022-2026, apreciados e aprovados na reunião de Câmara de 06-12-2021, solicita-se que:

- sejam retirados, por associação direta com os documentos previsionais 2022-2026 e por falta de tempo útil para produção de efeitos, os pontos 7 e 8 relativos à 4ª Revisão – Alteração Modificativa;
- sejam suspensos de apreciação, para reanálise após reformulação dos mesmos, os pontos:
 - 11 (Taxa de Derrama);
 - 12 (Taxa de IMI);
 - 14 (Grandes Opções do Plano 2022-2026); e
 - 15 (Orçamento e Plano Orçamental Plurianual do Município, incluindo Mapa de Pessoal, Plano de Recrutamento e o Quadro Plurianual de Programação Orçamental);
- sejam igualmente suspensos de apreciação, para novo agendamento, os pontos 17 a 35, por se tratarem de procedimentos plurianuais subordinados à aprovação dos documentos previsionais 2022-2026 (sendo que os pontos 17 ao 19 são provenientes da Câmara Municipal e os restantes são sob minha proposta);

Com os melhores cumprimentos,

O Presidente da Câmara Municipal,

Assinado por : JOSÉ CARLOS MARTINS ROLO
Num. de Identificação: B1048768855
Data: 2021.12.15 12:30:03 Hora padrão de GMT





DESPACHO

Considerando:

1. Que os documentos previsionais, Orçamento e Plano Orçamental Plurianual 2022-2026 (Orçamento) e Grandes Opções do Plano 2022-2026 (GOP), foram apreciados e aprovados na reunião de Câmara de 06-12-2021;
2. Que tais documentos previsionais se encontram sujeitos à aprovação por parte da Assembleia Municipal, nos termos da lei;
3. Que, não obstante a eventual aprovação referida no ponto anterior, tendo em vista a produção de efeitos, os documentos previsionais 2022-2026 encontram-se condicionados à aprovação prévia pela Assembleia Municipal das propostas relativas às taxas de Derrama e de IMI - Imposto Municipal sobre Imóveis (também já aprovadas na reunião de câmara de 06-12-2021), por se encontrarem em conexão com o nível de receita estimado;
4. Que se constatou que a aprovação das referidas taxas não obteve unanimidade em sede de órgão executivo, com a existência de votos contra;
5. Que, por esse facto e por serem já conhecidas algumas manifestações de desagrado nesse sentido, se vislumbra, em sede de sessão da Assembleia Municipal, uma possível não anuência às citadas propostas das taxas por parte da maioria dos seus membros, inviabilizando automaticamente a aprovação do Orçamento e das GOP;
6. Que aquando da elaboração do Orçamento e das GOP se perspetivava o início da retoma económica, mas que volvido algum tempo se constata um retrocesso na evolução positiva da crise sanitária (COVID-19) que se vinha sentindo;
7. Que, com efeito, após séria reflexão à situação presentemente vivenciada no Concelho, bem como a perceção dos anseios da comunidade neste assunto, se constata ver aumentando o grau de incerteza e os receios quanto ao futuro, relativamente ao bem-estar económico-social da população e do tecido empresarial;
8. Que a inviabilização do Orçamento e das GOP por parte do órgão deliberativo acarretará inúmeros constrangimentos à gestão e desempenho municipais;
9. Que desses constrangimentos resulta, por inerência, o não prosseguir de uma série de procedimentos plurianuais, essenciais ao bom funcionamento municipal, dado os mesmos se encontrarem agendados para a sessão ordinária da Assembleia Municipal a realizar na presente data, dia 15-12-2021;



10. Que, por forma a minimizar consequências indesejáveis, se torna crucial acautelar as demais implicações que uma não aprovação das matérias citadas traria;
11. Que, à presente data, o prazo previsto para convocação de reuniões extraordinárias da Câmara Municipal (número 2 do artigo 41.º do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro), de, pelo menos, 2 (dois) dias úteis de antecedência, não se cumpre, não se mostrando possível que, em tempo útil, se convoque o órgão extraordinariamente para deliberação sobre este assunto de imediato;
12. Que estão reunidas as condições exigidas pelo n.º 3 do art.º 35º do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, para que se decida sobre o pedido com a obrigatoriedade que tal decisão seja sujeita a ratificação, pela Câmara Municipal, na reunião seguinte.

Determino:

- A solicitação à Digníssima Assembleia Municipal para que na sua sessão ordinária de 15-12-2021:
 - ✓ sejam retirados, por associação direta com os documentos previsionais 2022-2026 e por falta de tempo útil para produção de efeitos, os pontos 7 e 8 relativos à 4ª Revisão – Alteração Modificativa;
 - ✓ sejam suspensos de apreciação, para reanálise por parte da Assembleia Municipal, após reformulação dos mesmos, os pontos:
 - 11 (Taxa de Derrama);
 - 12 (Taxa de IMI);
 - 14 (Grandes Opções do Plano 2022-2026); e
 - 15 (Orçamento e Plano Orçamental Plurianual 2022-2026);
 - ✓ sejam igualmente suspensos de apreciação, para novo agendamento, os pontos 17 a 35, por se tratarem de procedimentos plurianuais subordinados à aprovação dos documentos previsionais 2022-2026 (sendo que os pontos 17 ao 19 são provenientes da Câmara Municipal e os restantes são sob proposta do seu presidente);
- O agendamento da ratificação da decisão supra, nos termos da legislação invocada, para a reunião de câmara seguinte.

Albufeira, 15 de dezembro de 2021

O Presidente da Câmara Municipal de Albufeira

Assinado por: JOSÉ CARLOS MARTINS ROLO
Num. de Identificação: 81048768855
Data: 2021.12.15 12:32:45 Hora padrão de GMT



CARTÃO DE CIDADÃO
• • • •

- Dr. José Carlos Martins Rolo -



AM Albufeira

Exmº Sr Presidente da Assembleia Municipal de Albufeira,
Senhores deputados municipais,
Sr Presidente da Câmara Municipal de Albufeira

Antes de mais, quero dar conhecimento de que já foi reposto o contentor do lixo, que referi na anterior reunião da Assembleia. Aqui fica o agradecimento em nome dos residentes naquela área.

Contudo espero que as outras situações anteriormente colocadas, não fiquem no esquecimento, reconhecendo que nem tudo se pode resolver com a mesma celeridade mas que não demore muito mais do que os dois anos que esperamos, por exemplo, em relação à questão do semáforo. Confio na diligência do Sr. Presidente em tornar este tipo de processos continuamente mais ágeis com uma colaboração articulada entre os Gabinetes, Polícia Municipal e fiscais da câmara, que devem ter também esta incumbência.

Sei que houve um recuo nas propostas de subida do IMI e introdução de derrama e, portanto, o Orçamento será alterado. Peço-lhe encarecidamente, Sr. Presidente, que considere nele medidas e investimentos realistas que nos ajudem a combater o desemprego, um dos maiores flagelos que assolam este Município. Conheço famílias trabalhadoras que estão desempregadas a viverem situações dramáticas. Só com a criação de emprego no sector privado é que conseguimos resolver uma série de problemas que o desemprego agravou.

Pedia-lhe também que redobrasse os esforços de contenção de despesas não essenciais como forma de poupar preciosos recursos para responder aos desafios de 2022.

A título de exemplo, sugiro uma atenção redobrada à atribuição de subsídios, se são entregues a entidades que os justifiquem com clareza e transparência. Não querendo entrar aqui em especificidades, arrisco a dizer



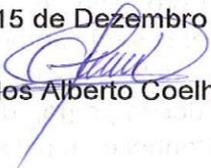
até que, com uma fiscalização mais vigorosa, não sei se algumas continuariam subsidiadas.

Sobre as luzes de Natal, estou agora solidário com o esclarecimento prestado hoje, acho que o Município tem que ser devidamente compensado pelas gritantes falhas da empresa contratada e o impacto negativo que teve na comunidade, na actividade dos comerciantes e imagem do Concelho. Contudo acho que é importante, no futuro próximo, fazer uma avaliação e reflexão sobre a melhor forma de investir nesta época de forma a maximizar o retorno e benefícios para a população.

Não sou economista nem contabilista, tal como a esmagadora maioria dos eleitores, mas a percepção que eu e muitos, munícipes e contribuintes, temos é que a gestão financeira por parte da Câmara, não é feita com o rigor devido.

Albufeira merece o melhor de cada um de nós e vós.

Albufeira, 15 de Dezembro de 2021


Carlos Alberto Coelho

**Luisa Isabel Fernandes Alambre**

De: Joao Marreiros <jmarreiros932@gmail.com>
Enviado: 28 de novembro de 2021 19:29
Para: Assembleia Municipal de Albufeira; Vereadora Cláudia Guedelha; presidencia; igamaot@igamaot.gov.pt; igfinancas@igf.gov.pt
Assunto: Re: Moradia sem qualquer tipo de licença e com contador de Água
Sinal. de seguimento: Dar seguimento
Estado do sinalizador: Sinalizado

Exmo Senhor Presidente

Agradecia que este mail, fosse lido, perante todos os membros da assembleia municipal e que existisse uma resposta por parte do presidente da Câmara Municipal

Em 28/7/2021, apresentei um alerta de uma ilegalidade. Que volte a apresentar.

Venho por este meio, na qualidade de munícipe de Albufeira e morador na Urbanização Vila Rosal, alertar para uma ilegalidade existente no lote 22, da Urbanização Vila Rosal, freguesia de Albufeira e Olhos de Água, concelho de Albufeira, em nome de Daniel Santos.

Pois esta moradia está edificada a cerca de cinco anos e não têm qualquer tipo de licença, ou seja, habitam lá pessoas e fazem alugueres, sem que exista qualquer licença de utilização, nem alojamento local.

Mais grave, é a Câmara Municipal, ter lá colocado um contador de água, ou seja, para que uma obra ou uma moradia tenha contador de água é necessário que exista uma licença a sustentar a colocação desse contador, neste momento não existe nenhuma licença, nem de obras, nem de utilização, para que a Câmara mantenha a colocação desse referido contador, pelo que se requerer que a digna Câmara Municipal mande retirar o referido contador, se tal não ocorrer nos próximos dias retiramos as nossas conclusões.

ATÉ AO MOMENTO A CASA CONTINUA COM O CONTADOR DE ÁGUA SEM TER QUALQUER LICENÇA VÁLIDA NEM DE OBRAS NEM DE UTILIZAÇÃO, SÓ COM UMA LICENÇA É QUE É POSSÍVEL TER UM CONTADOR, O QUE ESTÁ POR DETRÁS DISTO PARA QUE A ILEGALIDADE CONTINUOU, MESMO DEPOIS DE ALERTADA DESDE JULHO DE 2021.

Cumprimentos
Joao Marreiros

**Luisa Isabel Fernandes Alambre**

De: Jose Pacheco <sozinho.apacheco@hotmail.com>
Enviado: 15 de dezembro de 2021 11:37
Para: Assembleia Municipal de Albufeira
Assunto: FW: Posto de abastecimento de combustíveis

Bom dia.

Passados que foram 30 dias da minha comunicação, e pedido de esclarecimento a assembleia municipal sobre o assunto das bombas de combustíveis junto da residência, sita na Av.12 de Julho nas Ferreiras junto do Intermarche.

Agradeço a rápida resposta da assembleia, mas ate hoje nada me foi dito pela Camara Municipal.

Solicito ao SR. Presidente da Assembleia SR. Francisco Oliveira que na reunião de Hoje Dia 15 coloque essa questão ao SR. Presidente da Camara municipal SR José Carlos Rolo, e que de conhecimento da questão a todos os membros da Assembleia.

Devido as condições impostas pela DGS em plena Pandemia, não poderei estar presente para colocar a questão no período de intervenção do publico, como seria a minha vontade.

guardo a vossa comunicação

Atentamente

Vitor

Luisa Isabel Fernandes Alambre

De: Associação Albufeira no Coração <associacaoalbufeiranocoracao@gmail.com>
Enviado: 15 de dezembro de 2021 11:20
Para: Assembleia Municipal de Albufeira
Assunto: Questão

Exmos Senhores,

Foi enviado no dia 12 de Maio de 2021 ao Sr Presidente da Camara Municipal de Albufeira bem como a 2 membros da Vereacao, um email solicitando um lugar de estacionamento para a Associacao Solidaria Albufeira No Coracao.

Apos 7 meses , nao obtivemos da parte do executivo nenhuma resposta apesar de inumeras chamadas telefonicas com objectivo de saber como estava esta situacao.

Assim venho solicitar que nos seja dada uma resposta. Pensamos que 7 meses eh mais que suficiente para responder a um email .

Saliento ainda o quanto este estacionamento eh importante prejudicando imenso as doacoes e um muito melhor desempenho do nosso trabalho.

Atentamente
A Presidente
Dra Isabel Neves

**Luisa Isabel Fernandes Alambre**

De: Hugo Palhinhas <hpalhinhas@gmail.com>
Enviado: 15 de dezembro de 2021 16:28
Para: Assembleia Municipal de Albufeira
Assunto: Questões a por ao Exmº Presidente da Câmara

Boa tarde Exmº Presidente da Assembleia Municipal de Albufeira

Venho por este meio solicitar que hoje em assembleia municipal seja questionado ao Exmº Presidente da Câmara o seguinte:

- Gostaria de saber para quando a colocação de um abrigo na paragem do giro em Vale Serves junto da Rua do Acordeão-Ferreiras(já que a junta informou que não é da responsabilidades deles, na pessoa do Sr, Jorge Carmo) isto porque os nossos jovens que residem nos condomínios da Avenida 12 de julho e Rua do Acordeão entre outras, continuam à chuva quando apanham o giro e já que o Exmº Presidente comunicou à Junta de Freguesia a 16/12/2020 que o assunto estava previsto no âmbito da nova concessão de transportes de Albufeira, para quando a colocação, já estamos no Inverno e nada e foi feito por mim uma reclamação junto da junta freguesia acerca de 3/4 anos e nada;
- O porquê do giro quando vem no sentido Albufeira-Ferreiras não passa também na estação, já que o trajecto é efeito bola o porquê de não lá passar, isto porque á passageiros para apanhar o comboio e às vezes esses 5 minutos de o giro ir dar a volta poderá acontecer perderem o comboio na estação.

Sem outro assunto

Hugo Palhinhas
(residente na freguesia das Ferreiras)



ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Relativamente ao ponto 2 da Ordem do Dia da reunião da Assembleia Municipal de 15 de Dezembro de 2021, os grupos políticos, baixo indicados propõem os seguintes cidadãos para a Comissão Municipal de Segurança:

- Partido Socialista:

- António Rosado

- Ana Almeida

- José Helder Cabrita

- PSD/CS

Carlos Quintino

Luis Afonso

Paulo Severino

- MIPA

Vitor Manuel Galvão Calado

1.º suplente Carlos Manuel de Sousa
Oliveira

- AP - Albufeira Prometido - Carla Alexandra
Santos Vieira

- CHEGA - Nuno Filipe Ricardo Cabrita



PARTIDO SOCIALISTA



PROPOSTA

Relativamente ao ponto 3 da Ordem do Dia de Assembleia Municipal do dia 15 de Dezembro de 2021, o PS propõe o presidente da Junta de Freguesia de Guia, Dinis Nascimento, para integrar a Comissão Municipal de Educação.

Albufeira, 15 de Dezembro de 2021

Pela Bancada do PS

Albufeira 15-12-2021

A bancada do PSD/CDS da Assembleia Municipal de Albufeira, propõe a Prof. Indaleta Cabrita para integrar o Conselho Municipal de Educação.

Os deputados municipais do PSD/CDS



Helena Palhota Simões
João Paulo dos Santos Baptista Pereira
Indaleta Cabrita
Cec. João

João Paulo dos Santos Baptista Pereira

(B)



PARTIDO SOCIALISTA

(A)

PROPOSTA

Relativamente ao ponto 4 da Ordem do Dia da Assembleia Municipal do dia 15 de Dezembro de 2021, o PS propõe o presidente da Junta de Freguesia de Ferreiras, Jorge do Carmo, para integrar a Comissão Municipal de Proteção Civil.

Albufeira, 15 de Dezembro de 2021

Rel. Bancada do PS



Albufeira 15-12-2021

A bancada do PSD/CDS da Assembleia Municipal de Albufeira, propõe a Prof. Indaleta Cabrita para integrar a Comissão Municipal de Proteção Civil.

(3)

Os deputados municipais do PSD/CDS

[Handwritten signatures and text]
Helena Paqueta Simões
para favor do Junta de Proteção Civil
Indaleta Cabrita
[Signature]



(A)

PARTIDO SOCIALISTA

PROPOSTA

Relativamente ao ponto 5 da Ordem do Dia de Assembleia Municipal do dia 15 de Dezembro de 2021, o PS propõe os presidentes da Junta de Freguesia de Paderne e de Ferreira, João Ruaça e Jorge Carmo, respetivamente, para integrar a Comissão Municipal Integrada de Fogos Rurais.

Albufeira, 15 de Dezembro de 2021

Pelo Conselho do PS


Albufeira 15-12-2021



A bancada do PSD/CDS da Assembleia Municipal de Albufeira, propõe a Prof. Indaleta Cabrita para integrar a Comissão Municipal de Gestão de Fogos Rurais.

Os deputados municipais do PSD/CDS

Helena R. Mota Simões
João Pinheiro / João da Rocha Penas
Indaleta Cabrita

Paula Silva

Luis Mota